



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MARIA GABRIELA TAVARES FREIRE

**A INFLUÊNCIA DO EUROCRETISMO NAS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS DO
REINO UNIDO APÓS O BREXIT**

Florianópolis
2024

Maria Gabriela Tavares Freire

**A INFLUÊNCIA DO EUROCRETICISMO NAS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS DO
REINO UNIDO APÓS O BREXIT**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Relações Internacionais do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador(a): Prof. Dr. Klaus Guimarães Dalgaard.

Florianópolis

2024

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela
BU/UFSC.

Dados inseridos pelo próprio autor.

Freire, Maria Gabriela Tavares

A influência do euroceticismo nas políticas migratórias
do Reino Unido após o Brexit /Maria Gabriela Tavares
Freire ; orientador, Klaus Guimarães Dalgaard, 2024.

59 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
Socioeconômico, Graduação em Relações Internacionais,
Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Euroceticismo. 3. Reino
Unido. 4. União Europeia. 5. Imigração. I. Dalgaard, Klaus
Guimarães. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

Maria Gabriela Tavares Freire

A INFLUÊNCIA DO EUROCETICISMO NAS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS DO REINO UNIDO APÓS O BREXIT

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso de Relações Internacionais.

Florianópolis, 10 de julho de 2024.

Coordenação do Curso

Banca examinadora



Documento assinado digitalmente

KLAUS GUIMARAES DALGAARD

Data: 16/07/2024 18:48:24-0300

CPF:***.228.061-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Dr. Klaus Guimarães Dalgaard

Orientador

Prof.(a) Dr.(a) Clarissa Franzoi Dri
Universidade Federal de Santa Catarina

Dr. (a) Lisa Belmiro Camara
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 2024

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Moacir e Geórgia, por sempre terem a educação como prioridade número um na nossa família. Sem os seus sacrifícios e suas renúncias feitos ao longo dos anos, eu não estaria aqui.

Ao meu irmão, Gabriel, pelas palavras de sabedoria de quem já passou pela mesma situação, risadas e incentivos para finalizar o curso.

À Laís, o maior exemplo de companheirismo que já vi. Obrigada por estar sempre presente em todos os momentos da graduação, os altos e os baixos e, mesmo assim, ter continuado do meu lado. Obrigada pelos empurrões mais do que necessários para que eu finalizasse este trabalho.

Aos meus animais de estimação, Kiko, Anakin, Rodolfo e Banguela. Alguns perto, outros longe. Alguns vivos, outros não. Agradeço por serem de imenso apoio emocional por toda minha vida, onde quer que estejam.

Aos meus amigos que cultivei durante o curso de Relações Internacionais: Andreia, Dani, Luísa, Vitor e Tanabe. Obrigada por todas as risadas, cumplicidades, carinho e desespero compartilhados.

Ao meu orientador, Klaus, por ter aceitado essa jornada comigo. À Universidade Federal de Santa Catarina, por ter proporcionado uma graduação digna, completa e amigos que levarei para toda vida.

“Outra falha no caráter humano é que todo mundo quer construir e ninguém quer fazer manutenção.” (Vonnegut, 1990 p. 192)

RESUMO

Ponderando sobre o crescimento do euroceticismo no Reino Unido, o presente trabalho busca examinar a maneira como o pensamento eurocético influenciou as políticas migratórias do país após o Brexit. Procura-se analisar os fatores que resultaram na saída da Grã-Bretanha da União Europeia, e como os partidos políticos considerados de direita utilizaram do euroceticismo para angariar apoio popular. O cenário histórico de crises econômicas e de refugiados também é analisado, a fim de possibilitar uma maior compreensão sobre o tema central. Para isso, o método dedutivo e histórico é utilizado, com base em uma investigação qualitativa de referências bibliográficas que vão ao encontro do objetivo central desta monografia. Além disso, materiais quantitativos também são utilizados, para ilustrar os argumentos realizados ao longo da monografia. Assim sendo, conclui-se que as políticas migratórias propostas após o Brexit foram formuladas com bases eurocéticas, impactaram negativamente a política do Reino Unido e não foram efetivas quanto suas promessas de redução de níveis de imigrantes.

Palavras-chave: Euroceticismo; Reino Unido; União Europeia; Brexit; Imigração.

ABSTRACT

Pondering the growth of Euroscepticism in the UK, this paper seeks to examine the way Eurosceptic thinking influenced the country's migration policies after Brexit. It aims to analyze the components that propelled Britain's exit from the European Union, and how right-wing political parties used Euroscepticism to garner popular support. The historical landscape of economic and refugee crises is also analyzed to provide a greater understanding of the central theme. For this, the deductive and historical method is used, based on a qualitative investigation of bibliographical references that meet the central objective of this work. Quantitative materials are also used to illustrate the arguments made throughout the paper. Thus, the conclusion is that the migration policies proposed after Brexit were formulated on Eurosceptic grounds, have had a negative impact on UK politics and have not been effective in their promises to reduce immigration levels.

Keywords: Euroscepticism; United Kingdom; European Union; Brexit; Migration.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Comunidade Europeia Econômica	24
Figura 2 – Assinatura do Tratado de Maastricht em 1992	26
Figura 3 – Mapa de Expansão da União Europeia até 2007	28
Gráfico 1 – Saldo migratório para o Reino Unido entre 1991-2015	30
Gráfico 2 – Percentual de voto do UKIP nas eleições gerais e europeias (1997-2015)	33
Gráfico 3 – Distribuição de trabalhadores migrantes dos oito países eslavos na União Europeia (2005-2012)	36
Gráfico 4 – Distribuição de trabalhadores migrantes proveniente da Bulgária e da Romênia na União Europeia (2005-2012)	37
Gráfico 5 – Saldo migratório do Reino Unido de imigrantes de dentro da União Europeia e de fora (2009-2019)	48
Gráfico 6 – Número de estudantes recém matriculados em universidades britânicas, segundo a sua nacionalidade (2013-2022)	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Divisão partidária em relação a refugiados no Reino Unido	38
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR Agência da ONU para Refugiados

AUE Ato Único Europeu

CECA Comunidade Europeia do Carvão e do Aço

CEE Comunidade Econômica Europeia

EURATOM Comunidade Europeia de Energia Atômica

EURODAC Datiloscopia Europeia

ONU Organização das Nações Unidas

OTAN Organização do Tratado do Atlântico Norte

PIIGS Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha

PM Primeiro (a) Ministro (a)

RU Reino Unido

UE União Europeia

UKIP Partido de Independência do Reino Unido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 O QUE É O EUROCETICISMO?	16
2.1 UMA BREVE INTRODUÇÃO	16
2.2 UM APROFUNDAMENTO SOBRE AS FORMAS DE SE COMPREENDER O EUROCETICISMO.....	17
3 REVISÃO HISTÓRICA	22
3.1 DE COMUNIDADE ECONÔMICA À UNIÃO	22
3.2 A EXPANSÃO DA UNIÃO EUROPEIA.....	27
3.3 OS PARTIDOS DE DIREITA BRITÂNICOS: CONSERVADOR E UKIP	30
3.4 AS CRISES ECONÔMICAS E DE REFUGIADOS	33
3.5 O BREXIT	38
4 AS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS À LUZ DO EUROCETICISMO	43
4.1 ANTES	43
4.2 DEPOIS.....	45
5 CONCLUSÃO	49
REFERÊNCIAS	53

1 INTRODUÇÃO

O euroceticismo, de modo geral, pode ser definido como um conceito que encapsula um posicionamento de crítica aos processos de integração dos países europeus, principalmente, no que diz respeito à União Europeia (EU) (Taggart; Szczerbiak, 2018). Sua análise, apesar de ser considerada nova, ganhou tração a partir dos anos 80 e é focada no posicionamento político de partidos e na opinião popular.

No entanto, é um termo que não possui um consenso, isto é, existem muitas divergências acadêmicas quanto à sua definição, métodos de análise e subdivisões. Para fins introdutórios, pode-se dizer que autores especializados compreendem o crescimento do sentimento eurocético como uma resposta à diminuição da soberania de um país em relação ao aprofundamento da integração europeia, por intermédio da UE.

No Reino Unido (RU), tal sentimento estabeleceu suas raízes durante o governo de Margaret Thatcher (1975-1990). Isso ocorreu através do fortalecimento do pensamento conservador e da formulação do neoliberalismo britânico, no qual as questões econômicas eram preponderantes para a Primeira-Ministra, em especial, o grande “peso” que a participação na União Europeia era para a economia do país.

Entretanto, o pensamento eurocético ainda era marginal. As críticas aos processos de integração tiveram seu ápice com o alargamento da UE em 2004 e o crescimento dos fluxos migratórios para o território britânico, principalmente, de países do Leste Europeu, que outrora fizeram parte da União Soviética. O governo do Primeiro-Ministro (PM) Tony Blair, do Partido Trabalhista, sofreu críticas sobre sua falta de políticas migratórias durante o período, além do enfretamento da crise da Zona do Euro em 2008, o que fortaleceu o Partido Conservador e outros de extrema-direita, como o Partido de Independência do Reino Unido (UKIP).

Como membro da UE, o Reino Unido não gozava de legislações próprias bem estruturadas no que tange questões migratórias. O país fazia parte da livre circulação de pessoas intrabloco, um dos pilares da integração europeia e que, ao longo do tempo, tornou-se um ponto sensível para um grupo de britânicos: os conservadores, brancos, mais velhos e com pouca escolaridade.

Assim, as promessas de frear a imigração no Reino Unido e, posteriormente, o apoio à saída do país da UE se alastraram pelos partidos políticos britânicos após 2010. O principal expoente dessas questões foi o UKIP, liderado por Nigel Farage¹.

Esse cenário de insatisfação popular foi combinado com crises econômicas e de refugiados do Oriente Médio, os quais se dirigiam ao Reino Unido pelas perspectivas de emprego e de asilo, conforme os moldes do Regulamento de Dublin III, o qual será explorado posteriormente. Por fim, essa conjuntura deu espaço para que políticos se aproveitassem do momento para apoiar e inflamar movimentos contra a permanência do país na UE, pois o bloco era considerado o grande culpado pelas crises que o RU estava vivenciando.

Dessa maneira, o Referendo foi proposto em 2016 e 52% dos britânicos optaram pela saída da União Europeia. Assim, iniciaram os processos para a saída oficial do país do bloco, e também de formulações de novas políticas migratórias, com um Parlamento majoritariamente Conservador, essas tinham o objetivo de serem mais restritivas o possível, tanto para controlar os imigrantes de países da UE, como os refugiados. Entretanto, as novas legislações não obtiveram sucesso ao longo dos anos, sendo consideradas, mais uma vez, frustrantes para a população britânica.

Como será visto ao longo do trabalho, o principal objetivo é responder a seguinte questão: De que modo o euroceticismo contribuiu para as legislações migratórias do RU após o Brexit? Dessa maneira, para concluir tal objetivo, é necessário: 1) Analisar o conceito de euroceticismo e sua relação com o Reino Unido; 2) Desenhar o cenário histórico da União Europeia e a participação da Grã-Bretanha no bloco; 3) Analisar brevemente a influência dos partidos Conservador e UKIP no processo do Brexit.

Para isso, a metodologia utilizada é dedutiva e histórica, com apoio de uma pesquisa qualitativa, cuja base é composta por capítulos de livros, artigos acadêmicos, periódicos, teses de doutorado e mestrado, reportagens e documentos oficiais pertinentes ao tema. Além disso, este trabalho também se apoia em materiais quantitativos, retirados de relatórios governamentais britânicos, instituições de estatística e questionários disponibilizados em sítios eletrônicos.

¹ Nigel Farage foi o líder político do UKIP de 2006 a 2018, compôs o Parlamento Europeu (1999-2020) e foi um dos maiores nomes na campanha para o Reino Unido sair da União Europeia. Atualmente, é líder do também partido de extrema-direita, o Partido Reformista (Reform UK) (Rogers, 2024).

Em suma, esta monografia está dividida em três capítulos. O capítulo 2 trata do referencial teórico que será utilizado para conceituar o euroceticismo. O foco do capítulo é evidenciar as diversas maneiras de abordar o euroceticismo, divergências dentro da própria academia quanto ao assunto e qual será o aporte teórico utilizado ao longo da investigação aqui proposta. O capítulo 3 oferece um resumo histórico quanto ao surgimento da União Europeia e seu crescimento, a relação do Reino Unido com o bloco, as insatisfações populares quanto ao pertencimento do país na UE e como isso foi traduzido para a política britânica, além de crises econômicas, de refugiados e um *boom* de imigrantes europeus para o país durante os anos 2000. Busca-se criar um contexto para entender como o euroceticismo influenciou a população e os partidos no resultado do Brexit. No capítulo 4, observamos as políticas migratórias que eram vigentes no Reino Unido antes do Referendo de 2016 e depois, com foco maior nas legislações atuais e como elas possuem raízes nos pensamentos eurocéticos que foram traduzidos no Brexit. Por fim, a conclusão desse trabalho é apresentada, assim como as referências bibliográficas utilizadas durante a pesquisa.

2 O QUE É O EUROCRETICISMO?

2.1 UMA BREVE INTRODUÇÃO

Para entender como o eurocreticismo participou no processo de novas políticas migratórias do Reino Unido após o Brexit, é necessário entender o conceito e suas diversas formas de abordagem. O termo nasceu, segundo Leruth, Startin e Usherwood (2018), nos anos 80 no Reino Unido, quando membros do Partido Conservador demonstravam sua preocupação com os rumos da integração europeia.

Dessa forma, faz-se importante mencionar os autores que primeiro estudaram o conceito e o categorizaram. Taggart, em 1998, criou o embrião da definição de eurocreticismo, dividindo-o em *“hard”* e *“soft”*. Posteriormente, os termos são aprofundados em conjunto com Szczerbiak (2002) (Leruth; Startin; Usherwood, 2018). Conforme Taggart e Szczerbiak (2002), o eurocreticismo *“hard”* compreende total oposição partidária à União Europeia e qualquer forma de supranacionalidade (como no caso do UKIP), já o *“soft”*, era observado na oposição ao futuro da UE, políticas discordantes com as nacionais e seus planos de alargamento.

Para Rodriguez-Aguilera (2013), esse conceito precisa ser compreendido como um posicionamento que expressa oposição aos processos de integração propostos pela União Europeia. Nesse sentido, o eurocreticismo se formaliza, inicialmente, como uma opinião marginal, já que não se dava atenção ao descontentamento partidário com a ideia de supranacionalidade ou qualquer forma de triangulação de poder (George, 1998).

Esse debate vai se estender em diversas vertentes acadêmicas, indo do behaviorismo e sua visão focada em atores além do Estado, até o institucionalismo e sua análise de estruturas. Para além dessas vertentes, a temática também ganhou destaque no cenário acadêmico da política econômica internacional (IPE), onde foram analisados os possíveis impactos dos movimentos eurocéticos e seu potencial de crescimento (Forster, 2002).

Diferente de Taggart e Szczerbiak (2002), que buscam uma abordagem voltada para partidos e Forster (2002), que analisa o eurocreticismo por um viés histórico, Bertoncini e Koenig (2014) assinalam quatro vertentes para o estudo e compreensão do eurocreticismo. Segundo os autores, é preciso compreender o eurocreticismo como um fator atrelado às ideias de democracia, de soberania, de economia e de identidade

nacional (Bertoncini; Koenig, 2014). Em oposição a uma visão unicamente partidária, eles usam esses conceitos para pensar a escolha dos eleitores por partidos eurocéticos a partir de demandas populares.

Nesse sentido, é possível entender que os eurocéticos são indivíduos que se apresentam críticos à união, na medida que entendem a interdependência, a supranacionalidade e a integração como uma forma de ameaça à soberania nacional (Palmer, 2015). A origem dos processos de integração e o seu sucesso é, assim sendo, diretamente atrelada ao crescimento de um sentimento de desconfiança e de discordância ao visualizarem o poder europeu cada vez mais centralizado (Oliveira; Santana; Coronato, 2019; Castilho, 2024).

Essas interpretações são importantes para entendermos o que é o euroceticismo. No entanto, nessa monografia iremos além desta visão introdutória e, para elaboração do conceito, aprofundaremos nas denominações de Taggart e Szczerbiak (2002), Kopecký e Mudde (2002), Flood e Usherwood (2007), Vasilopoulou (2009) e Leconte (2010).

2.2 UM APROFUNDAMENTO SOBRE AS FORMAS DE SE COMPRENDER O EUROCETICISMO

Iniciamos a definição do euroceticismo através da abordagem de Taggart e Szczerbiak (2002) para facilitar o entendimento geral do posicionamento, mas essa definição conceitual não é universal, como já observado. Desse modo, outros autores se aprofundaram na temática a partir das construções iniciais de Taggart em 1988.

Dentre eles, encontra-se Vasilopoulou (2009), que assinala o euroceticismo como um posicionamento partidário de três vertentes: rejeição, condicional e comprometedor. O posicionamento de rejeição pode ser entendido como a sua versão do euroceticismo “*hard*” de Taggart e Szczerbiak (2002), porque ele também representa a total oposição aos processos de integração. Já o condicional reconhece os benefícios da integração, mas teme seus impactos na soberania nacional. Por fim, o posicionamento comprometedor é representado por partidos que acreditam no potencial positivo da União Europeia, mas são contra o seu alargamento.

A contribuição da autora para o debate parte da definição de indicadores específicos para a classificação de partidos, como abordado acima. Ela identifica quatro aspectos centrais sobre a integração europeia, para realizar a classificação dos

três tipos de euroceticismos supracitados. Esses quatro indicadores são “uma definição unificada sobre a cultura europeia, o princípio de cooperação em um nível multilateral, a política comum europeia e o desejo pela construção de uma política europeia completamente unificada” (Vasilopoulou, 2018, p. 64).

O posicionamento de rejeição, nesse sentido, opõe-se a todos os indicadores, na medida em que ele rejeita a cooperação europeia como um todo. “Consequentemente, esses partidos entendem que todas as decisões políticas devem ser tomadas em âmbito nacional” (Vasilopoulou, 2009 p. 7). Como pode ser compreendido pelo nome, o posicionamento condicional refere-se a partidos que compreendem o princípio da integração, isto é, entendem a importância do bloco, mas acreditam na manutenção da soberania e dos interesses nacionais (Vasilopoulou, 2009).

Para além dessas definições, temos também o euroceticismo comprometedor, que, como mencionado, diz respeito aos partidos que são favoráveis aos princípios da cooperação. Assim, “os partidos comprometeram sua posição ao reconhecer que a transferência de parte do seu poder para uma instituição supranacional não é politicamente ideal, mas é necessária para o crescimento econômico” (Vasilopoulou, 2009 p. 7). Aqui, acredita-se que os interesses nacionais precisam ser garantidos através das instituições europeias, porém eles não são compatíveis com a expansão da UE (Vasilopoulou, 2009).

Leconte (2010), determina que o euroceticismo não é apenas uma ideologia ou posicionamento, porque “não exprime apenas um conjunto de ideias, mas sim, representa uma perspectiva mais abrangente de uma visão de mundo.” (Leconte, 2010, p. 4). Desse modo, ela aborda o euroceticismo em suas multiplicidades, assinalando a ele quatro variações: utilitário, político, normativo e anti-europeísmo cultural. A variação utilitária trata de ceticismos em relação aos benefícios da cooperação, como exemplo, a autora usa a criação da Zona do Euro. Isso porque é necessário avaliar os custos e os benefícios da participação nesses processos de cooperação de integração.

A variação política representa a oposição clássica à ideia de supranacionalidade, enquanto a variação normativa se opõe às interferências institucionais da União Europeia em assuntos políticos de competência doméstica. Para finalizar, ela cunha a variação do anti-europeísmo cultural, que contraria a ideia

de uma Europa culturalmente unificada, tendo em vista a multiplicidade histórica, cultural e social do continente (Leconte, 2010).

Criticando de forma direta Taggart e Szczerbiak (2002) e propondo uma nova abordagem para o estudo do euroceticismo, Kopecký e Mudde (2002) expandem as possibilidades de análise em uma escala ao definir quatro tipos de comportamento em relação à União Europeia. Estes são: euroentusiastas, que se situam no espectro positivo se tratando da integração europeia; os eurocéticos, que apoiam a integração, mas não os meios pelos quais ela é realizada; os europragmáticos, que são contra a União Europeia e não a cooperação em si e, para finalizar, os eurorejeitadores, que se opõem a qualquer tipo de integração (comparáveis ao “*hard*” euroceticistas de Taggart e Szczerbiak).

Para Kopecký e Mudde (2002), ainda é preciso diferenciar eurocéticos de eurófilos e eurofóbicos. Aqui, euroentusiastas se encontram no espectro do eurófilos e entendem a cooperação como elemento central para o desenvolvimento europeu, enquanto os eurorejeitadores são eurofóbicos e contestam qualquer forma de integração, supranacionalidade ou triangulação de poder. Nesse sentido, os eurocéticos existem no meio dos dois extremos, porque combinam sentimentos eurófilos e pessimistas em relação a União Europeia.

Desse modo, eles se contrapõem a Taggart e Szczerbiak (2002), na medida que não associam o euroceticismo a um sentimento de negação completa da cooperação, como os autores fazem ao cunhar a ideia do euroceticismo “*hard*”. Assim, “eurocéticos não são contra ao que eles entendem ser uma cooperação vantajosa entre vários estados Europeus em prol da paz e prosperidade” (Tiersky, 2001, p. 3 apud Kopecký; Mudde, p. 304).

No entanto, a visão de Kopecký e Mudde (2002) foi criticada por Flood e Usherwood (2007). Para Flood e Usherwood (2007), a abordagem supracitada é insuficiente em se ater às definições de eurófilos e eurofóbicos, na medida em que não contribuem para a discussão e dificultam o entendimento sobre o euroceticismo. Nesse sentido, eles buscam por um posicionamento mais objetivo em uma tentativa de definir o euroceticismo.

Se opondo a todos autores já citados, eles optam por usar uma abordagem qualitativa, isto é, buscam afunilar o estudo do euroceticismo ao analisar um número menor de casos com maior especificidade. Para eles, uma análise quantitativa, como

era feita anteriormente, é rasa e genérica, porque demanda generalidades (Flood; Userwood, 2007).

Além disso, eles criticam os neologismos utilizados no aprofundamento do estudo do euroceticismo, porque apesar de descritivos (e específicos), eles são excessivamente neutros para evitar qualquer suposição ideológica em cima de suas análises e suas categorias. Essa crítica existe, porque os autores entendem que é necessário compreender as dimensões ideológicas do euroceticismo na política partidária (Flood; Userwood, 2007).

Desse modo, eles usam seis categorias de análise para definir o alinhamento partidário em relação à União Europeia. Esse alinhamento vai do positivo ao negativo e as categorias são: maximalistas, reformistas, progressistas, minimalistas, revisionistas e rejeitadores. Dentro das denominações, os maximalistas se encontram no espectro positivo, visto que buscam impulsionar os processos de integração europeia. Os reformistas também são favoráveis à cooperação, mas com ressalvas, na medida que acreditam ser necessárias reformas processuais (Flood; Userwood, 2007).

Em um espectro menos positivo, os progressistas aceitam o avanço do bloco, mas prezam pela lentidão da integração. Já os minimalistas aceitam o status atual da cooperação, mas não querem que ela evolua para maiores níveis de integração. Em oposição a essa ideia de aceitação, os revisionistas buscam retomar o status anterior de uma integração, conforme novas políticas desfavoráveis são consideradas. Por fim, os rejeitadores se encontram no extremo do espectro negativo ao contestar todas as formas de integração (Flood; Userwood, 2007).

Para o entendimento desse trabalho, iremos utilizar os conceitos iniciais de Taggart e Szczerbiak (2002), tendo em vista que são os percussores do entendimento de euroceticismo. O entendimento dos autores sobre as possíveis abordagens do euroceticismo é limitado, mas oferece aporte para a construção de uma análise compreensiva pensando-se na temática desta monografia. Isto é, porque focaremos no modo em que os partidos Conservadores e o UKIP foram centrais para o desenrolar do Brexit e das mudanças nas políticas migratórias do Reino Unido.

Nessa medida, compreender o euroceticismo como segregado entre “*hard*” (UKIP) e “*soft*” (Conservador) permite o enquadro dos partidos de maneira compreensiva, mas imprecisa. Desse modo, os associaremos a Vasilopoulou (2009),

buscando uma análise mais aprofundada do fenômeno do euroceticismo em um cenário pré-Brexit.

Isso porque, as demarcações entre “*hard*” e “*soft*” são extremas e confusas, na medida que os critérios de separação dos termos não são claros para além de uma análise inicial (Vasilopoulou, 2009). Entendemos, assim sendo, que Vasilopoulou (2009) expande a tipologia de base ao agregar maior clareza nas definições entre “tipos” de euroceticismo.

3 REVISÃO HISTÓRICA

Neste capítulo, será abordado o surgimento da União Europeia, desde a Comunidade Econômica Europeia, até os moldes atuais, já que o euroceticismo é diretamente relacionado aos processos de integração. Essa revisão histórica é necessária para contextualizar o Brexit e as mudanças que esse evento trouxe para o Reino Unido a partir de 2016. Para isso, o capítulo será dividido em seções. Os principais autores utilizados para suporte teórico, no que tange a história e os processos da UE, são Pecequilo (2014), Junior (2011) e El-Agraa (2007).

Além disso, seguindo o período histórico, é preciso retificar as resistências internas e entender as dinâmicas sociais que afetaram o Reino Unido após a Expansão da União Europeia em 2004. Desse modo, será possível entender melhor como os partidos Conservador e o Partido de Independência do Reino Unido (UKIP) ganharam força política, principalmente o UKIP, utilizando termos e propostas de viés eurocéticos para angariar eleitores. A fim de compreender os antagonismos britânicos à expansão da UE, serão utilizados dados providos pelo governo do Reino Unido, além de gráficos para auxiliar na exposição e apoiar o argumento que será feito. Não somente, também usaremos dos trabalhos, em especial, de Ford e Goodwin (2017), Whitaker (2018), Schnapper (2018) e Costa (2020).

Dessa forma, será possível notar o aumento do sentimento eurocético no Reino Unido, especialmente, durante a crise econômica de 2008 e a de refugiados das guerras no Oriente Médio, isto é, Irã e Iraque. Esses eventos contribuíram para que os líderes de extrema-direita da nação se legitimassem e, conseqüentemente, propusessem o referendo que resultou no Brexit.

3.1 DE COMUNIDADE ECONÔMICA À UNIÃO

A fim de compreendermos a evolução do bloco da União Europeia, é preciso definir o que foi a Comunidade Econômica Europeia. O surgimento da CEE foi, conforme Pecequilo (2014), um dos pontos principais para a consolidação de um bloco europeu.

Após a Segunda Guerra Mundial (1938-1945), foram criados diversos tratados para a revitalização do Velho Continente, o qual fora assolado pela Guerra. Assim, foram estabelecidas organizações com o intuito de reestruturação econômica, como

a Organização Europeia de Cooperação Econômica (1948) e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (1960).

No entanto, foi a assinatura do Tratado de Paris, em 1951, que realmente deu início a uma integração europeia, com a formação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), constituída pela Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Holanda, Itália e Luxemburgo (Junior, 2011). O objetivo da CECA, conforme a Declaração de Schuman² (1950), era que os setores energético e industrial da França e da Alemanha fossem regulados por um poder externo, chamado de Alta Autoridade (Pecequilo, 2014).

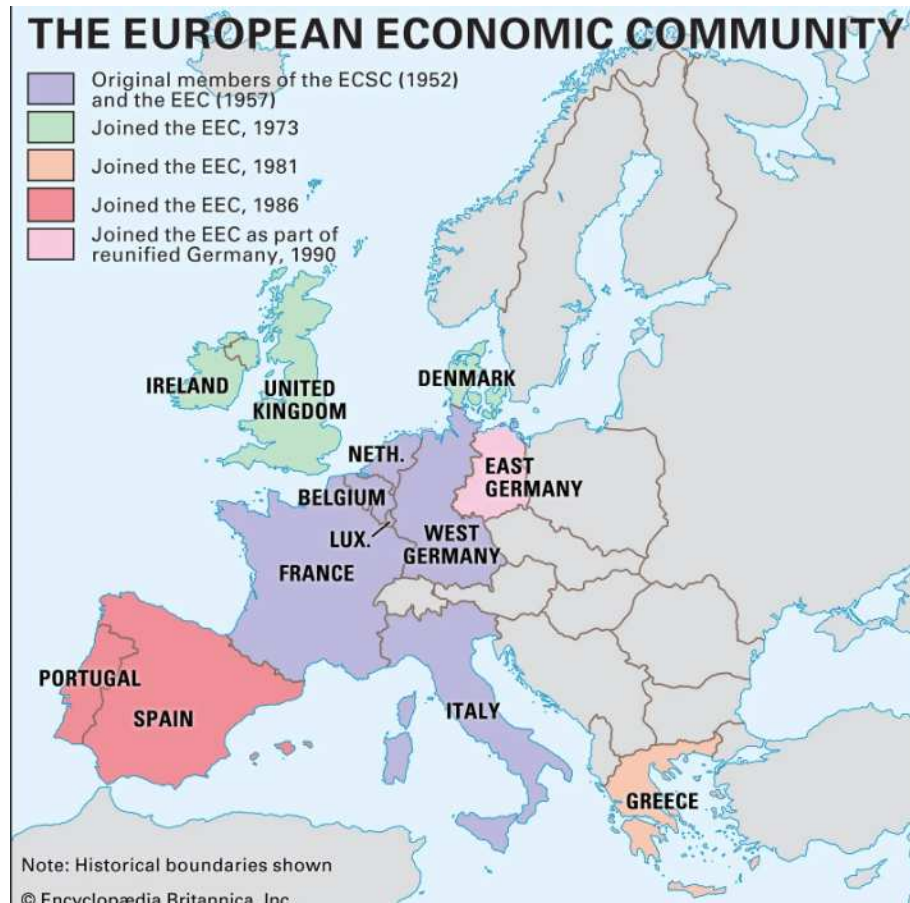
Tendo em vista o saldo positivo da integração proporcionada por essa Comunidade, foram assinados os Tratados de Roma, em 1957, pelos países membros da CECA, instituindo a Comunidade Econômica Europeia (CEE), um embrião da UE ao ter um mercado comum como foco, e a Comunidade Europeia de Energia Atômica (EURATOM), que tinha o intuito de regulamentar o uso da energia atômica no Continente Europeu, considerando o contexto de tensão internacional em virtude da Guerra Fria (Junior, 2011).

No que tange à integração europeia, pode-se dizer que a CEE obteve sucessos, por exemplo, com a criação de eleições diretas para o Parlamento Europeu e do Conselho Europeu. Nesse contexto, houve um alargamento do bloco em 1973, com a entrada da Dinamarca, da Irlanda e do Reino Unido, embora tenha ocorrido em meio à crescente crise econômica e ao pessimismo, decorrente do Choque do

² “O Governo francês propõe subordinar o conjunto da produção franco-alemã de carvão e de aço a uma Alta Autoridade comum, numa organização aberta à participação dos outros países da Europa. A congregação das produções de carvão e de aço garantirá imediatamente o estabelecimento de bases comuns de desenvolvimento econômico, primeira etapa da federação europeia, e mudará o destino de regiões que há muito se dedicam ao fabrico de armas de guerra e delas têm sido as principais vítimas. A solidariedade de produção assim alcançada mostrará claramente que qualquer guerra entre a França e a Alemanha se tornará não só impensável mas materialmente impossível. A criação desta poderosa unidade de produção, aberta a todos os países que nela queiram participar, que proporcionará, por fim, a todos os países que a compõem os elementos fundamentais da produção industrial em condições idênticas, lançará os fundamentos reais da sua unificação econômica. Esta produção será oferecida a todos os países do mundo, sem distinção nem exclusão, a fim de contribuir para a melhoria do nível de vida e para o desenvolvimento das obras de paz. Com meios acrescidos, a Europa poderá prosseguir a realização de uma das suas funções essenciais: o desenvolvimento do continente africano. Assim se realizará, simples e rapidamente, a fusão de interesses indispensável à criação de uma comunidade econômica e introduzirá o fermento de uma comunidade mais vasta e mais profunda entre países durante muito tempo opostos por divisões sangrentas.” (Declaração de Schuman, 1950).

Petróleo³. Já em 1981, houve o acréscimo da Grécia, de Portugal e da Espanha também entraram no bloco em 1986, totalizando a “Europa dos Doze” (Figura 1) (Pecequilo, 2014).

Figura 1 – Comunidade Europeia Econômica



Fonte: Encyclopædia Britannica (2024).

O aprofundamento das relações intrabloco é visto com a criação do Ato Único Europeu (AUE) em 1986, já que, entre outros objetivos, a criação de legislações e mercado comuns estavam em meio às prioridades do bloco (Pecequilo, 2014). Segundo Pecequilo (p. 26, 2014),

A assinatura do AUE marcou o início de uma nova fase no processo de integração, que acompanha a retomada do diálogo entre as superpotências. O Ato fecha um período de crise, mas também de avanços, nos quais conviveram lado a lado tendências de alargamento e de aprofundamento,

³ O Choque do Petróleo ocorreu em 1973, devido a uma retaliação dos maiores exportadores de petróleo do Oriente Médio ao apoio dos Estados Unidos e da Europa a Israel durante a Guerra do Yom Kippur. Assim, o preço do petróleo no mercado aumentou cerca de 400%, causando uma crise energética no Ocidente (IPEA, 2010).

com o desenvolvimento de uma visão europeia em alguns setores. Mesmo que países como o Reino Unido demonstrassem tendências contrárias, mais atlânticas do que europeias, de defesa de uma integração mais frouxa política e economicamente, a orientação europeia pró-bloco prevaleceu.

No entanto, de 1986 até 1991, a integração europeia foi demarcada por movimentos contraditórios de avanço e estagnação. Esses momentos podem ser divididos entre o período de estagnação, com a assinatura do AUE e a retomada dos processos de integração, após a queda do muro de Berlim em 1989. Essa retomada foi concluída com a assinatura do Tratado de Maastricht em 1991 (Pecequilo, 2014).

Dessa forma, é necessário retomar o contexto internacional do período. A queda do muro de Berlim, que definiu o final do período de estagnação, foi precedida pelo encerramento da bipolaridade no cenário internacional. Em 1987, o Ato Único Europeu entrou em vigor, mas as negociações para consolidação foram imobilizadas, devido a atritos políticos nascidos no contexto da Guerra Fria. Isto é, não era possível que ocorressem negociações sobre uma integração europeia, tendo em vista o processo de dissolução do bloco soviético e as incertezas enfrentadas dentro do cenário político europeu.

Quatro fatores aceleraram o processo de término da Guerra Fria: “as tendências de globalização, a reforma do sistema soviético, as reuniões de Cúpula entre as superpotências e o processo de fragmentação do bloco oriental” (Pecequilo, 2014, p. 31). Esses processos levaram à acentuação e ao aprofundamento da ligação entre os países internacionalmente. Desse modo, Estados, organizações internacionais e forças transnacionais ganham destaque e enfraquecem as ideias tradicionais de territorialidade e soberania.

Essas mudanças causaram uma série de pressões que levaram a uma reforma da União Soviética. No entanto, essa reforma, que visava salvar o bloco e garantir que ele pudesse competir internacionalmente, fragilizou suas estruturas e gerou um sistema mais fraco que o Ocidental. A fragilização do bloco soviético levou a negociações entre a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e o Pacto de Varsóvia⁴, o que resultou no “afrouxamento do controle político de Moscou sobre a Europa Oriental” (Pecequilo, 2014, p. 31).

⁴ O Pacto de Varsóvia foi criado pela União Soviética em 1955, em resposta à entrada da Alemanha Ocidental na OTAN, garantindo dominância da URSS em relação ao Leste Europeu e um acordo militar nos moldes do rival (Pereira; Margazão, 2004).

Os ocorridos culminaram na queda do Muro de Berlim, que deu início aos processos de reunificação da Alemanha e a solidificação da queda do bloco soviético. Assim sendo,

O início da década de 1990 marcou uma nova etapa no processo de integração europeia com a reunificação da Alemanha e o processo de globalização, que fortaleceram sobretudo o desenvolvimento da ideia de supranacionalidade (Junior, 2011, p. 23).

Dessa maneira, é possível compreender que o cenário de Guerra Fria e incerteza chegava ao fim e o processo de integração foi retomado pelos Estados europeus. Em fevereiro de 1991, os membros da CEE assinaram o Tratado de Maastricht (Figura 2), o “Tratado da União Europeia”, sendo um marco no estudo de cooperação, sobretudo econômica, entre Estados. Seus principais objetivos compreendiam um mercado e moeda (a criação do Euro) comuns; institucionalização do bloco; tentativa de promulgar a chamada “cidadania europeia” e a livre circulação de pessoas, entre outros (Pecequilo, 2014).

No entanto, ele passou a vigorar apenas no ano seguinte, devido a uma série de dificuldades impostas à sua ratificação, já que não havia consenso em relação ao que seria de competência comum, isto é, supranacional, e o que seria individual, dependendo de forma exclusiva dos membros (Junior, 2011; Pecequilo, 2014).

Figura 2 – Assinatura do Tratado de Maastricht em 1991.



Fonte: Repositori Universitat Jaume I (2024).

3.2 A EXPANSÃO DA UNIÃO EUROPEIA

Segundo a cronologia dos eventos citados anteriormente e entendendo a formação da União Europeia, podemos entender a sua expansão, de 1995 a 2004. O início da expansão se deu com a entrada da Áustria, da Finlândia e da Suécia ao bloco. Entretanto, foi o Tratado de Amsterdã (1997) que reafirmou os objetivos centrais do Tratado de Maastricht, ao mesmo tempo em que buscava “[...] a consolidação do aprofundamento e preparar o terreno para a expansão ao Leste Europeu” (Pecequillo, 2014, p. 43).

Porém, durante a década de 90, havia tensão dentro da UE (a soberania e a supranacionalidade ainda eram questionadas e debatidas, principalmente no que tange ao Reino Unido, nosso objeto de estudo) e fora do bloco, tendo em vista que, com o fim da União Soviética, os países do Leste Europeu se encontravam em um estado de crise política e econômica, em especial, durante a Guerra da Iugoslávia⁵ (1992-95), sem qualquer tipo de união continental, indo na contramão do que foi defendido em Maastricht (Pecequillo, 2014). Dessa maneira, é notável que os países que compreendiam o bloco soviético eram desconsiderados pelos Estados-membros da União Europeia no seu início, o que será confirmado cada vez mais com as análises futuras.

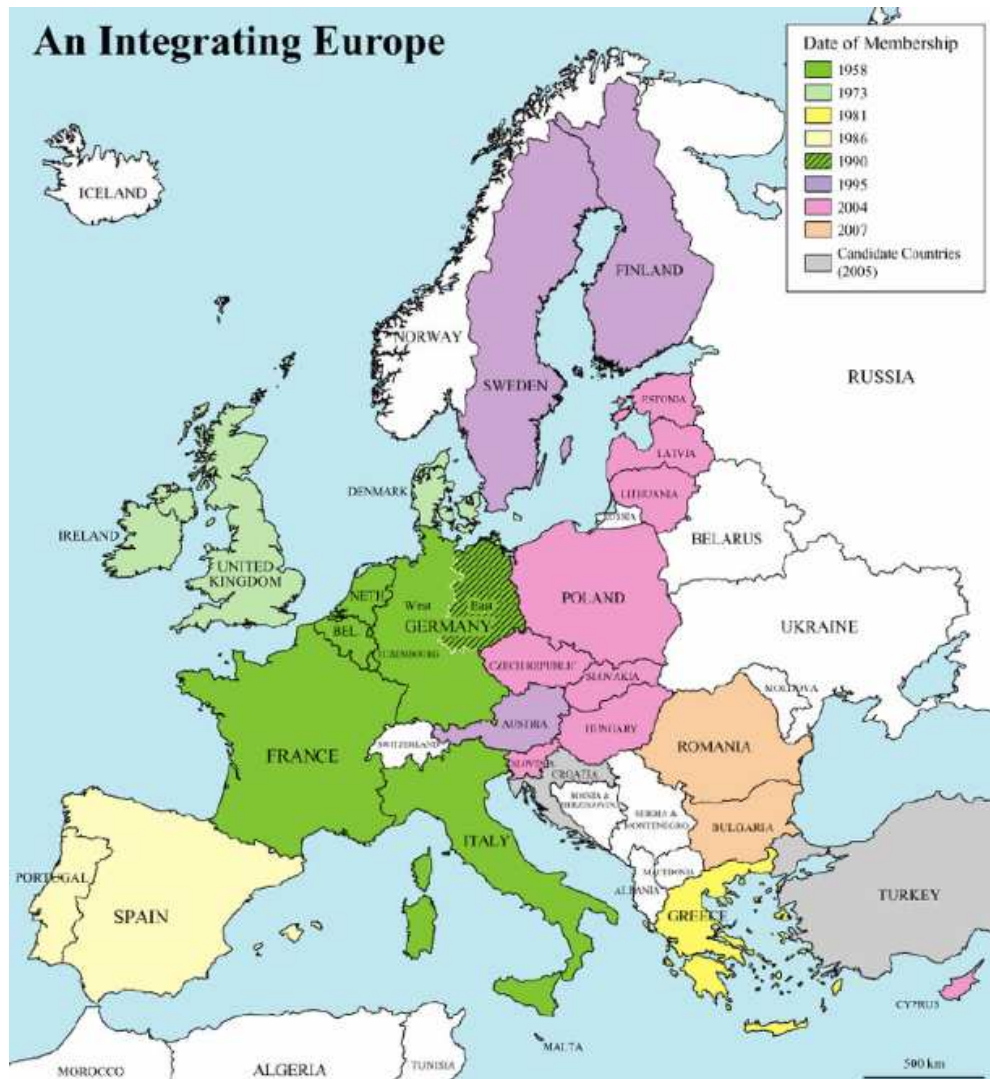
Logo, o Tratado de Amsterdã foi o sucessor direto do Tratado de Maastricht, ao passo em que atualizou seus objetivos e “[...] deu à União Europeia uma estrutura mais coerente e uma declaração moderna de seus focos e políticas, além de trazer melhorias necessárias no funcionamento das suas instituições”⁶ (El-Agraa, 2007, p. 36, tradução nossa). Não somente, o Tratado também aborda meios de reformular seus pilares, a fim que se enquadrem no projeto de expansão do bloco europeu, o que foi consolidado apenas com o Tratado de Nice, firmado em 2001, que possibilitou o alargamento da UE, em que dez novos membros foram aceitos: Chipre, Eslovênia, Eslováquia, Estônia, Hungria, Lituânia, Letônia, Malta, Polônia, República Tcheca (El-

⁵ A Iugoslávia foi uma federação que uniu territórios diversos após a Primeira Guerra Mundial (Eslovênia, Croácia, Dalmácia, Vojvodina e Bósnia Herzegovina). Considerando sua pluralidade cultural, social, econômica e a derrocada da União Soviética, a guerra teve seu início com a declaração de independência da Eslovênia, a qual foi exemplo para diversas outras, como Croácia, Bósnia, Macedônia, entre outras repúblicas que constituíam a federação iugoslava (Aguilar; Mathias, 2012).

⁶ “The Amsterdam Treaty gives the EU a more coherent structure and a modern statement of its aims and policies, and brings some necessary improvements in the working of the institutions” (El-Agraa, 2007, p. 36).

Agraa, 2007; Pecequilo, 2014). Desse modo, a União Europeia, que contava com quinze membros, agora conta com vinte e cinco (Figura 3).

Figura 3 – Mapa de Expansão da União Europeia até 2007.



Fonte: Cumbers; Birch; Mackinnon (2006).

Tendo em vista que tamanha expansão foi alvo de polêmicas na época e até os dias atuais, o bloco europeu teria que realizar mudanças institucionais significativas para conseguir acomodar todos os seus novos membros a partir de 2004 (El-Agraa, 2007).

No que se refere ao Reino Unido e o alargamento da UE, o governo era favorável à expansão, com base no potencial crescimento econômico que o aumento do mercado comum traria ao país, mas as medidas impopulares de Tony Blair, Primeiro Ministro e membro do Partido Trabalhista na época, afloraram sentimentos

eurocéticos no país, já que a livre circulação de pessoas, inclusive dos novos membros, foi mantida após o “*Big Bang*”, isto é, o alargamento, o que gerou um fluxo intenso de imigrantes provenientes do Leste Europeu ao UK (Costa, 2020; HM Government, 2014).

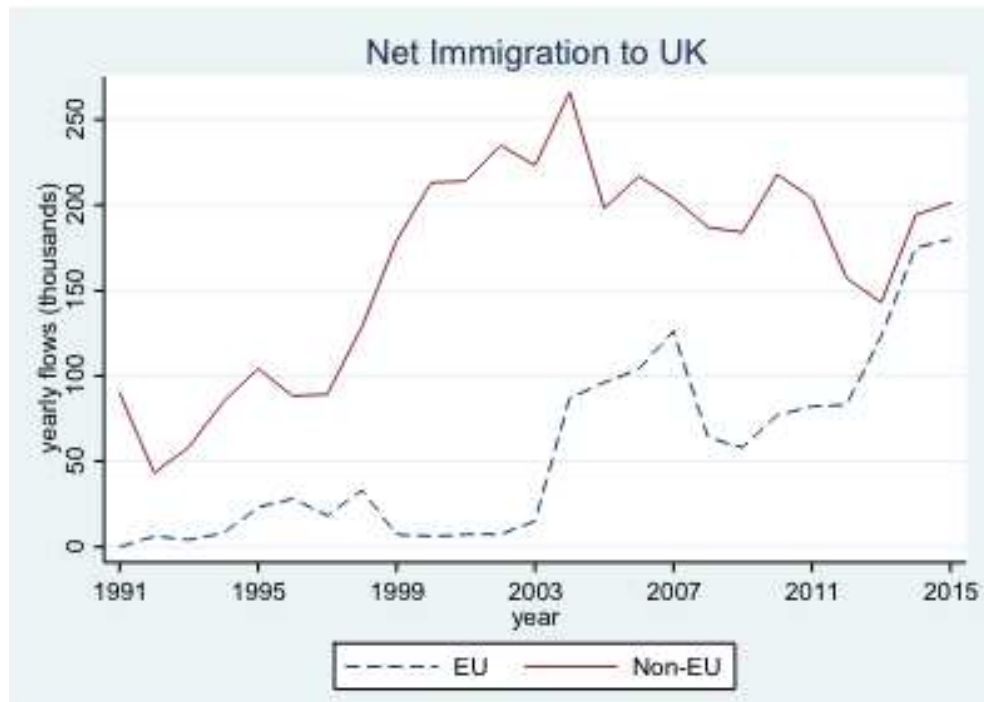
Concomitante à intensa imigração ao Reino Unido, principalmente, por parte de poloneses, sentimentos eurocéticos e xenofóbicos foram cada vez mais observados nos britânicos, considerando que “muitas pessoas estão preocupadas que a imigração reduz salários e oportunidades de emprego para nascidos no Reino Unido, já que há uma maior competição no mercado”⁷ (Wadsworth; Dhingra; Ottaviano; Van Reenen, 2016, p. 2, tradução nossa). Esse tipo de pensamento observado pelo Centro de Performance Econômica se torna mais recorrente conforme cresce o número de migrantes do Leste Europeu, do Oriente Médio e da África. Essas migrações, que se intensificam entre 1997 e 2004, onde o saldo migratório salta de 48.000 para 268.000 (Ford; Goodwin, 2017), intensificam-se com a eclosão de conflitos locais e guerras do século XXI.

Essa afirmação é corroborada pelo gráfico abaixo (Gráfico 1). Através dele, podemos observar a intensificação dos movimentos migratórios no Reino Unido a partir de 2003, tanto para migrantes não europeus, como para membros da União Europeia. Essa intensificação coincide com o alargamento da União Europeia e das crises supracitadas.

Mesmo com a crise econômica de 2008 e a visível baixa nos níveis de imigração, o que pode ser observada no gráfico, o saldo migratório ainda era positivo, em especial, no que representa imigrantes oriundos da UE. Isso ocorre pois não era possível realizar um controle tão rigoroso aos imigrantes de outros Estados, já que o bloco permite a livre circulação de pessoas e, com o passar do tempo, esse será o grande motivo que impulsionará os discursos eurocéticos dos partidos Conservador e UKIP (Ford; Goodwin, 2017).

⁷ “Many people are concerned that immigration reduces the pay and job chances of the UKborn due to more competition for jobs” (Wadsworth; Dhingra; Ottaviano; Van Reenen, 2016, p. 2).

Gráfico 1 – Saldo migratório para o Reino Unido entre 1991-2015.



Fonte: CEP analysis of ONS (2016).

3.3 OS PARTIDOS DE DIREITA BRITÂNICOS: CONSERVADOR E UKIP

Intensificando o foco no Reino Unido, como já abordado anteriormente, é necessário analisarmos os partidos responsáveis pelo crescimento do euroceticismo na Grã-Bretanha e, conseqüentemente, do movimento que levou ao Brexit. Para fins deste trabalho, focaremos no Conservador, atualmente o partido com maior influência dentro do Parlamento, e o UKIP.

O Partido Conservador é um partido histórico, cujas origens são do século XIX. Devido sua longevidade passou por altos e baixos, mas é o partido que mais produziu primeiros-ministros na história do país, contabilizando 12 PMs até 2023 (Gov.Uk, 2024). Dessa maneira, podemos analisar a trajetória do euroceticismo dentro do partido desde o governo de Margaret Thatcher (1975-1990), a qual adotou o lema “*take our Money back*” (vamos pegar nosso dinheiro de volta), tendo em vista que o Reino Unido era o país que mais contribuía com impostos na União Europeia, indo contra as políticas econômicas da Primeira-Ministra (Crowson, 2007).

Não somente, um dos discursos mais marcantes do seu governo e para a análise desse trabalho é o de Bruges, feito em 1988. Nesse discurso feito na Bélgica, Thatcher afirma que

A Comunidade Europeia é *uma* manifestação da identidade europeia, mas não é a única. Nós não podemos esquecer do leste da Cortina de Ferro, das pessoas que, um dia, gozaram plenamente da liberdade, cultura e identidade europeia e foram “roubadas” das suas raízes [...] Meu princípio guiador é esse: a cooperação ativa e disposta entre países soberanos e independentes é o melhor jeito de se construir uma Comunidade Europeia bem-sucedida. Tentar eliminar a nacionalidade e concentrar o poder no centro de um conglomerado Europeu seria altamente prejudicial e iria comprometer os nossos objetivos. A Europa será mais forte, precisamente, porque contará com a França como França, Espanha como a Espanha e o Reino Unido como o Reino Unido, cada um com suas culturas, tradições e identidades. Seria tolice tentar unificar todos eles em uma única personalidade europeia [...] certamente, queremos ver uma Europa mais unida e com um senso maior de comunidade. Mas isso precisa ocorrer de um modo em que se preservem diferentes tradições, poderes parlamentares e senso de nacionalidade, porque essas são as raízes da vitalidade europeia ao longo dos séculos (Margaret Thatcher Foundation, 1988, tradução nossa)⁸.

Assim, podemos perceber que o discurso da Dama de Ferro foi um verdadeiro divisor de águas na política dos conservadores britânicos. Mesmo que a premiê tenha sido favorável à integração europeia no referendo de 1975 (67,2% de eleitores votaram em permanecer na Comunidade Europeia), principalmente, em relação aos benefícios econômicos, como o livre comércio entre as nações, foi a partir desse discurso que ela começou a adotar uma posição mais cética no que diz respeito ao futuro da UE (Castilho, 2024). Desse modo, pode-se dizer foi durante esse período que o euroceticismo se consolidou no Partido Conservador.

Aplicando o conceito de euroceticismo de Vasilopoulou (2009), a PM se enquadrava na definição de euroceticismo condicional da autora, tendo em vista que a premiê entendia os benefícios, devido ao seu posicionamento político neoliberal, isto

⁸ The European Community is *one* manifestation of that European identity, but it is not the only one. We must never forget that east of the Iron Curtain, people who once enjoyed a full share of European culture, freedom and identity have been cut off from their roots. [...] My first guiding principle is this: willing and active cooperation between independent sovereign states is the best way to build a successful European Community. To try to suppress nationhood and concentrate power at the centre of a European conglomerate would be highly damaging and would jeopardise the objectives we seek to achieve. Europe will be stronger precisely because it has France as France, Spain as Spain, Britain as Britain, each with its own customs, traditions and identity. It would be folly to try to fit them into some sort of identikit European personality. [...] Certainly we want to see Europe more united and with a greater sense of common purpose. But it must be in a way which preserves the different traditions, parliamentary powers and sense of national pride in one's own country; for these have been the source of Europe's vitality through the centuries (Margaret Thatcher Foundation, 1988).

é, defendia a liberdade econômica total e a não intervenção estatal, o que incluía organizações supranacionais. Assim, ela defendia que a soberania não deveria ser comprometida, uma característica dos eurocéticos condicionais da autora grega.

Após a renúncia de Thatcher, outro Primeiro-Ministro importante a ser analisado nesse trabalho é David Cameron, que foi eleito devido à sua campanha que prometia um referendo sobre a permanência na União Europeia, o que será abordado posteriormente.

Já o Partido de Independência do Reino Unido (UKIP) não conta com uma presença tão consolidada quanto os conservadores, criado em 1993, o partido sempre defendeu a saída da União Europeia, sendo seu principal expoente, Nigel Farage. Segundo seu manifesto, seus principais objetivos eram manter o país fora da Zona do Euro e da UE, a qual eles entendiam ser permeados pela falta de democracia nas suas instituições, sendo assim, era necessário revocar a nacionalidade e a independência britânica frente à integração europeia (Whitaker, 2018).

Além disso, sua posição eurocética é vista com mais intensidade a partir de 2014, quando os discursos do partido começaram a se voltar aos problemas econômicos e, principalmente, aos níveis de imigração crescentes, que se tornou um dos principais pontos na campanha para o Brexit. O foco negativo nos imigrantes rendeu um apoio considerável ao UKIP, pois cerca de 38% de eleitores consideraram ele o melhor partido para lidar com a questão migratória, segundo uma pesquisa online do Estudo de Eleições Britânicas, feita entre 2014 e 2017 (Whitaker, 2018).

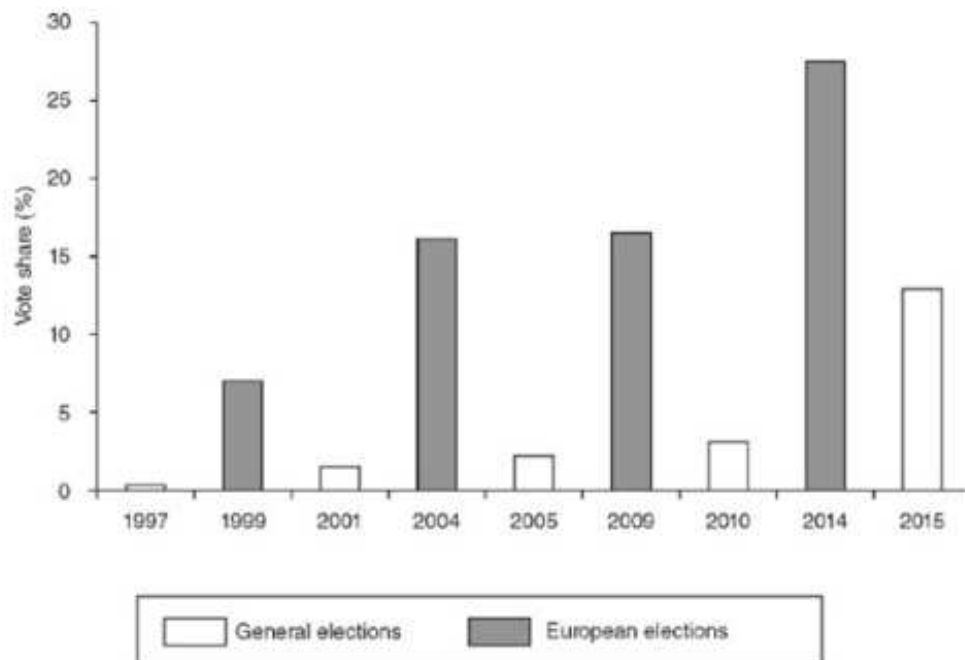
Isso demonstra o crescimento exponencial do UKIP no campo político britânico, que se deu a partir de 2009 e, em 2015, o partido angariou um membro na Casa dos Comuns, como é possível observar no Gráfico 2.

A influência repentina do UKIP se deu pelo voto, principalmente, de

[...] conservadores mais velhos e brancos, que possuíam poucas qualificações acadêmicas, votaram no Partido Conservador no passado, eram contra a crescente imigração e a permanência na União Europeia e não se sentiam representados pelos partidos Conservador ou Trabalhista (Ford; Goodwin, 2017, p. 23, tradução nossa)⁹.

⁹ [...] from older white social conservatives who often had few educational qualifications, had voted Conservative in the past, opposed immigration and EU membership, and felt dissatisfied with the two main parties (Ford; Goodwin, 2017, p. 23).

Gráfico 2 – Percentual de voto do UKIP nas eleições gerais e europeias (1997-2015).



Fonte: Whitaker (2018).

Fazendo uma ligação dos discursos e políticas do UKIP, podemos associá-lo ao euroceticismo *hard* de Taggart e Szczerbiak (2002) e ao de rejeição de Vasilopoulou (2009), tendo em vista que os dois conceitos se baseiam na oposição total a todos os aspectos de uma Europa unida, ou seja, rejeitam o princípio da União Europeia e acreditam que a integração é um dos fatores causadores de crises econômicas e migratórias. Rejeita-se, aqui, modelos complexos de cooperação multilaterais, na medida em que os partidos entendem tais projetos, legislações e práticas existem em detrimento do desenvolvimento doméstico e da nacionalidade dos países (Vasilopoulou, 2009).

Dessa maneira, é preciso compreender as crises econômicas e de refugiados do século XXI, para entender como o nível de insatisfação popular, principalmente, por esse grupo de eleitores, ajudaram a intensificar a pressão pelo Referendo de 2016.

3.4 AS CRISES ECONÔMICAS E DE REFUGIADOS

Como mencionado anteriormente, nesta seção, exploraremos a crise de econômica de 2008 e as crises de refugiados do Oriente Médio, devido as guerras civis, e como esses marcos temporais são significativos para o entendimento do aumento do sentimento eurocético entre os britânicos.

A crise da Zona do Euro foi, segundo Pecequilo (2014), motivada por diversos fatores, além do estouro da bolha imobiliária nos Estados Unidos. Incluindo a adoção da moeda por países considerados “atrasados”, o que era o caso dos PIIGS (Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha), que pode ser lido com um teor pejorativo, já que *pigs* significa porcos. Assim, essas nações não eram tão desenvolvidas economicamente, segundo os padrões da União e, “[...] quando os fluxos de capital externo se tornaram escassos, as economias internas, dependentes desses recursos para seu financiamento público e privado, não tinham como substituir a ‘falta de caixa’” (Pecequilo, 2014, p. 98).

Desse modo, a crise não afetou apenas os PIIGS, mas também Estados como o Reino Unido e Alemanha, pondo a confiança na União Econômica e Monetária em jogo, já que evidenciava ainda mais as diferenças socioeconômicas entre os países membros da UE (Pecequilo, 2014; Silva, 2020).

Segundo Evans e Menon (2017, p. 7, tradução nossa),

[...] A crise da Zona do Euro reverberou durante seus anos de governo. O colapso econômico de partes da União Europeia após a crise financeira de 2008 contribuiu para enfraquecer a noção (já questionada por Black Wednesday) de que, apesar todas os seus problemas, ser membro da União Europeia era algo positivo para economia britânica. Eurocéticos conservadores lamentaram, de modo enfático, que a (relativamente) saudável economia britânica estava “amarrada em um cadáver”. O suposto veto do David Cameron sobre o pacto fiscal de dezembro de 2011 certamente auxiliou os interesses do Partido Conservador, mas também serviu para destacar os riscos inerentes a uma associação com uma União Europeia fragilizada.¹⁰

Sendo assim, quando Cameron vetou o tratado europeu que continha medidas fiscais para tentar salvar o euro da crise de 2008, foi a primeira vez que um tratado não tinha a assinatura do Reino Unido desde a sua entrada na CEE, um marco para

¹⁰ “[...] the crisis in the Eurozone rumbled on throughout his tenure. The economic collapse of parts of the EU following the financial crisis of 2008 helped to undermine the notion (already called into question by Black Wednesday) that, for all its flaws, EU membership was positive for the British economy. Conservative eurosceptics complained loudly that the (relatively) healthy British economy was ‘shackled to a corpse’. David Cameron’s supposed ‘veto’ of the fiscal compact in December 2011 certainly played well to the Conservative Party gallery, but it also served to highlight the risks inherent in association with a struggling EU” (Evans; Menon, 2017, p. 7).

o afastamento do país com o resto da União Europeia, tendo em vista que o PM decidiu colocar os interesses nacionais acima de uma possível resolução para a crise que assolava o bloco. Tal medida foi vista como um aceno de Cameron aos membros eurocéticos do seu partido e foi bem recebida pela população, já que 57% aprovavam a decisão do PM, segundo o *The Times* (Traynor; Watt; Gow; Wintour, 2011).

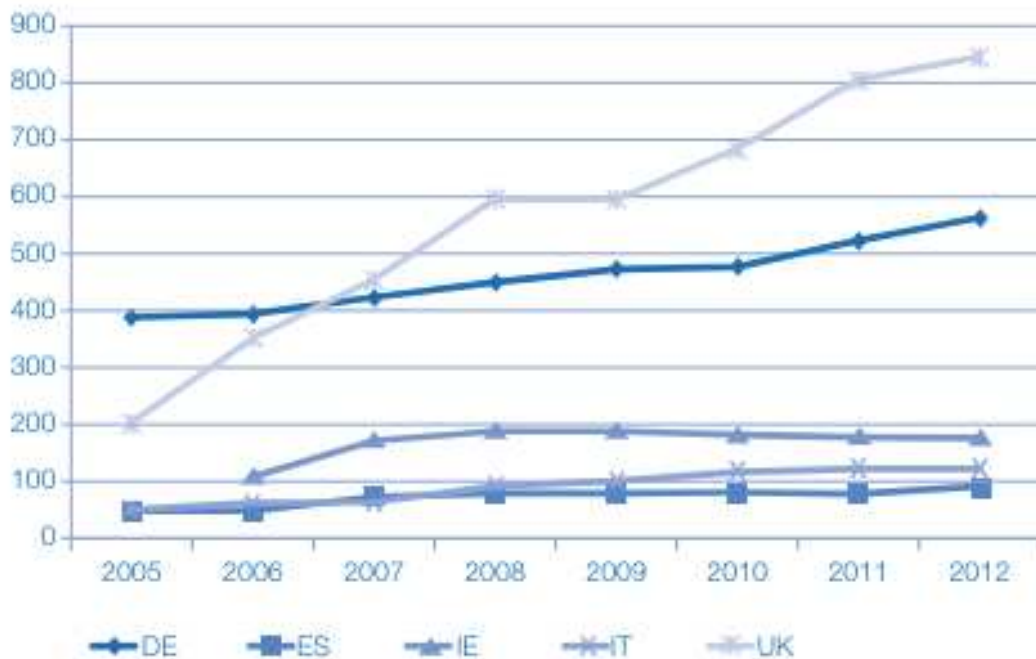
Além da crise econômica, também é necessário entender a crise de refugiados que se deu na Grã-Bretanha. Desde a assinatura do Tratado de Maastricht, como visto anteriormente, a União Europeia adotou medidas para não limitar a livre circulação de pessoas de dentro do bloco, ou seja, com o Alargamento de 2004, o Reino Unido recebeu milhares de imigrantes. Segundo o HM Government (2014), o país tinha 2.3 milhões de imigrantes provenientes de outros membros da UE em 2012, sendo a maioria poloneses. Não somente, a pesquisa do mesmo órgão sobre a Livre Circulação de Pessoas também conclui que

O alargamento de 2004 teve o maior impacto no Reino Unido. O crescimento significativo dos números de migrantes dos *8 novos países da União Europeia*¹¹ (grifo nosso) está sendo espelhado no aumento da preocupação pública sobre os impactos gerados pelos grandes fluxos migratórias para locais particulares, especialmente lugares que não estão acostumados a receber grandes números de migrantes (HM Government, 2014, p. 53, tradução nossa).¹²

¹¹ Os 8 novos países mencionados compreendem a República Tcheca, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, Eslováquia e Eslovênia.

¹² “The 2004 enlargement has had the single biggest impact on the UK. The significant increase in the numbers of migrants from the EU8 countries has been mirrored in growing public concern about the local impacts of large inflows to particular areas, especially those unused to receiving large numbers of migrants “(HM Government, 2014, p. 53).

Gráfico 3 – Distribuição de trabalhadores migrantes dos oito países eslavos na União Europeia (2005-2012).

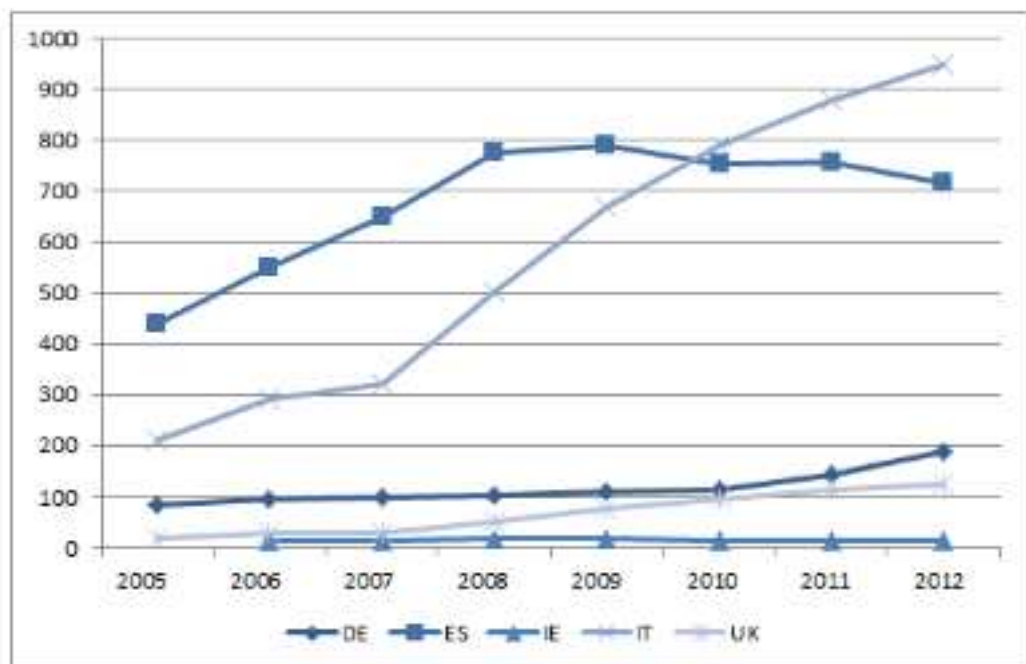


Fonte: Eurostat Labour Force Survey (2013).

Os dados observados pelo HM Government (2014) são corroborados pelo Gráfico 3, onde percebe-se que cerca de 850 mil imigrantes dos oito novos países membros da UE se direcionaram ao Reino Unido em 2012, buscando empregabilidade. O segundo maior destino foi a Alemanha, com cerca de 550 mil novos trabalhadores, mas pode-se notar como a orientação dos migrantes não foi igualmente distribuída entre os países do bloco europeu, com uma diferença considerável de 300 mil pessoas entre os dois Estados que mais receberam migrantes eslavos (Dhéret; Lazarowicz; Nicoli; Pascouau; Zuleeg, 2013).

Tendo em vista o cenário migratório, o Reino Unido impôs medidas restritivas em relação à livre circulação de pessoas aos búlgaros e aos romenos, que sucederam aos EU8, até 2014, o que dificultou o acesso desses migrantes ao UK, totalizando cerca de mais de 100 mil trabalhadores em 2012, como pode ser visto no Gráfico 4, uma discrepância dos níveis migratórios observados anteriormente (Dhéret; Lazarowicz; Nicoli; Pascouau; Zuleeg, 2013).

Gráfico 4 – Distribuição de trabalhadores migrantes proveniente da Bulgária e da Romênia na União Europeia (2005-2012).



Fonte: Eurostat Labour Force Survey (2013).

Assim sendo, o dilema relacionado à imigração se tornou insustentável para eleitores e partidos britânicos, dando origem à coalizão entre os partidos Conservador e Liberal Democrata (2010-2015), cujo intuito era restringir os fluxos migratórios de fora da UE, já que não conseguiam controlar as migrações de dentro do bloco, tornando-se um ponto essencial para o crescente sentimento eurocético no país, já que havia uma discordância entre os benefícios e os malefícios: uns enxergavam prosperidade econômica e outros, como os eurocéticos, viam que a entrada exacerbada de imigrantes ameaçava a identidade britânica, sua cultura e oportunidades de emprego para os naturais da Grã-Bretanha (Ford; Goodwin, 2017; Costa, 2020).

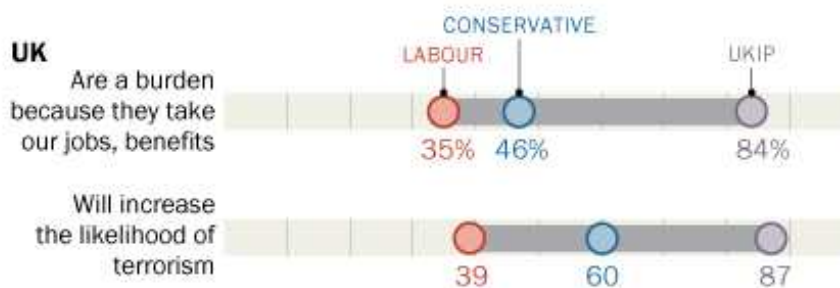
Nesse sentido, o descontentamento eurocético não se limitava apenas aos imigrantes do bloco europeu, mas também para com os refugiados de guerra, principalmente, da Síria. Retomando a relação migratória do Reino Unido com os países do Oriente Médio no século XXI, pode-se observar que o crescimento do euroceticismo coincide também com o aumento de pedidos de refúgio no país. Em 2015, o ano com o maior número de pedidos de asilo de guerra na Europa desde 1985 (1.3 milhões), o Reino Unido recebeu cerca de 39 mil pedidos de asilo, um número

marginalmente menor do que de outros países europeus (Pew Research Center, 2016).

Embora os britânicos não tenham acolhido tantos refugiados, devido a uma medida de limitação do Primeiro-Ministro David Cameron em 2015, o qual definiu que o país receberia apenas 20 mil refugiados até 2020, mantendo o Reino Unido distante do sistema de realojamento europeu que ocorria na época (BBC News, 2016). É importante notar que muitos cidadãos possuíam sentimentos negativos e xenófobos em relação a esses refugiados, já que cerca de 52% dos britânicos acreditavam que o crescimento de imigrantes árabes aumentaria a chance de ataques terroristas no país. Além de que 46% também acreditavam que esses refugiados se tornariam um peso para a máquina pública, ou seja, aproveitariam de benefícios sociais e tomariam os empregos dos nascidos na Grã-Bretanha (Wike; Stokes; Simmons, 2016).

Esse sentimento é observado, em especial, nos eleitores do UKIP, liderando com 84%, como pode ser observado pela Tabela 1.

Tabela 1 – Divisão partidária em relação a refugiados no Reino Unido.



Fonte: Pew Research Center (2016).

Em suma, eleitores que se sentiam mais ameaçados pela imigração eram conservadores, os quais entendiam estar sendo “deixados de lado” pelas mudanças socioeconômicas, o que, mais tarde, será explorado pela campanha dos “*Left Behind*” (Ford; Goodwin, 2017).

3.5 O BREXIT

Como visto até aqui, o Brexit não foi um movimento que ocorreu rapidamente. A participação do Reino Unido na União Europeia foi questionada já nos anos 80, como observado no discurso de Thatcher. O Brexit tem seu cerne, em especial, no

Alargamento da UE de 2004 e, em um efeito dominó, resultou no crescente descontentamento popular com a permanência do país no bloco europeu, cooptado pelos eurocéticos rejeitadores do UKIP e dos membros mais conservadores do partido Conservador. É necessário entender, desse modo, que existia um jogo político por trás dos mecanismos que levaram ao referendo de 2016.

Os primeiros passos tangíveis ao referendo podem ser vistos na campanha política de David Cameron. Desde 2010, o ex Primeiro-Ministro realizou diversas promessas para a confecção de uma votação popular sobre o futuro na União Europeia, tentando angariar os eleitores descritos anteriormente, os que se sentiam abandonados no processo de globalização e integração (Ford; Goodwin, 2017).

No entanto, com o crescimento do UKIP e com a ameaça cada vez maior do pequeno partido sob a liderança de Nigel Farage, Cameron não viu outra escolha a não ser prometer que o referendo aconteceria caso ele fosse reeleito em 2015, a fim de apaziguar outros membros do Partido Conservador e, principalmente, para não perder a base de eleitores tão importante aos *tories*¹³ (Costa, 2020).

Diferente da posição abordada, Cameron proferia discursos relativamente favoráveis à União Europeia (caracterizando-se entre um eurocético condicional ou comprometedor), com base nos benefícios econômicos que o pertencimento ao bloco trazia ao Reino Unido. Entretanto, tendo em vista o cenário eurocético do país, o premiê tentou negociar medidas que trouxessem maior autonomia aos britânicos com a UE, como impor limites aos benefícios sociais concedidos aos imigrantes.

Cameron prosseguiu buscando fazer uma série de demandas pensando na manutenção da soberania britânica dentro do bloco europeu. Além dos limites aos benefícios sociais, ele buscou garantir maiores poderes ao Parlamento, tendo em vista a necessidade de evitar ou de impedir a internalização de legislações comunitárias. Em suma, ele procurava afastar a nação de todas as medidas que visavam aprofundar ainda mais a integração europeia (Soares, 2019; Kristensen, 2019; Castilho, 2024).

Apesar de todas essas medidas e esforços, o plano do ex-premiê não era sair, de modo efetivo, da União Europeia, mas sim apaziguar o sentimento eurocético que permeava tanto a política, quanto a população. No entanto, com a aprovação de uma minuta que concedia ao Reino Unido um status especial no Bloco, deram início a debates e campanhas cerca da permanência do país na UE.

¹³ *Tory* (*tories* no plural) é um termo utilizado para se referir aos membros do Partido Conservador (Buchan, 2018).

Mantendo um viés eurocético, os defensores da saída argumentavam, como já elencado, a necessidade da manutenção da soberania do Reino Unido, para além de diversas questões sociais (seguridade de empregos e maior controle migratório) e económicas (melhores taxas comerciais e redução de tarifas) (Scofield, 2018; Castilho, 2024). Por outro lado, os defensores da permanência apontavam os impactos negativos da saída para economia britânica, as possíveis dificuldades migratórias para nascidos no território e a queda de empregabilidade. Além disso, apontavam que os gastos com a UE eram compensados pelo livre comércio (Molder, 2018; Castilho, 2024).

Assim, sobre as campanhas *Leave* (sair da UE) e *Remain* (ficar na UE), De Vries (2018, p. 159, tradução nossa) afirma que

A campanha para ficar, também conhecida como Projeto Medo, pintava um cenário tenebroso de um Armagedon do Brexit caracterizado por um colapso económico e a quebra do mercado imobiliário. Era indicado que as pessoas votassem para que o Reino Unido permanecesse na União Europeia, porque ele não seria capaz de prosperar sozinho em um mundo cada vez mais interconectado. A campanha deixar tentava convencer as pessoas que esses cenários apocalípticos eram exageros e que o Brexit ia permitir que o Reino Unido assumisse o controle dos seus próprios interesses e regulasse seus fluxos migratórios. A campanha do Brexit era uma luta sobre qual das duas problemáticas eram mais importantes para o futuro do país.¹⁴

Dessa forma, em meio a uma nação dividida, o referendo aconteceu no dia 23 de junho de 2016. Com cerca de 72% de participação eleitoral, um nível considerado alto, a maioria dos britânicos optaram por sair da União Europeia (51,9%) e, mesmo com os esforços de Cameron, sua campanha voltada aos motivos para o Reino Unido permanecer no bloco não foi bem-sucedida ao focar nos detrimientos que esse resultado traria ao país. Pode-se dizer que, em partes, a grande rachadura dentro do próprio partido Conservador não contribuiu para o sucesso de Cameron, tendo em vista

¹⁴ “The Remain campaign, also coined Project Fear, painted a dark picture of a Brexit Armageddon characterized by economic meltdown and the collapse of the housing market. People were told to vote to remain in the EU as Great Britain alone would not be able to prosper in an increasingly economically interconnected world. The Leave campaign aimed to convince people that these doom scenarios were exaggerations and that Brexit would allow Britain to take back control over its own affairs and regulate migration flows. The Brexit campaign was very much a fight over which of the two issues were most important for Britain’s future” (De Vries, 2018, p. 159).

que membros como Boris Johnson (que viria a ser Primeiro-Ministro) apoiaram abertamente a campanha *Leave* (Costa, 2020).

A campanha para sair da UE obteve sucessos ao se apossar de discursos que apelavam para o lado da soberania e da autonomia nacional, em que o Reino Unido poderia realizar controles rigorosos de imigrantes (o maior foco de todo o Brexit), além de malefícios econômicos que a integração continuava a trazer desde a crise econômica do Euro: o RU era um dos maiores contribuintes da União Europeia e, segundo a campanha *Leave*, esse recurso seria direcionado a questões urgentes, como o iminente colapso do sistema de saúde público britânico (Costa, 2020; Travis, 2016).

Logo, podemos afirmar que os organizadores da campanha *Leave* (em especial, o UKIP) aproveitaram do sentimento eurocético rejeitador que permeava a população britânica, focando nos seus medos e seus anseios, para angariar votos destinados à sua causa, essa que já estava em evidência há muito tempo antes da organização do referendo. Segundo Sobolewska e Ford (2020, p. 11, tradução nossa),

Quase todos os elementos críticos para *Brexitland* já estavam estabelecidos antes de 2016: novos grupos no eleitorado, divididos sobre novos assuntos e desencantados com os antigos partidos, com antigas lealdades se desvaecendo. No entanto, um elemento vital estava faltando e ele apareceu do nada na manhã de 24 de junho de 2016: autoconsciência.¹⁵

Assim sendo, o Brexit foi seguido da renúncia de David Cameron e Theresa May assumiu o cargo, dando sequência aos processos de saída do Reino Unido, acionando o Artigo 50¹⁶ do Tratado de Lisboa em 2017, o qual poria um fim na integração do país com a União Europeia até 2019 (Sobolewska; Ford, 2020). Entretanto, o curto mandato da Primeira-Ministra foi marcado por derrotas na Câmara dos Comuns, inclusive para aprovar medidas que solidificassem o processo do Brexit, o que foi alcançado apenas por Boris Johnson em 2019, quando os Conservadores retomaram a maioria do Parlamento (Sobolewska; Ford, 2020).

¹⁵ “Nearly all the critical ingredients for *Brexitland* were already in place before 2016: new groups had risen in the electorate, divided over new issues and disenchanted with the old parties, with old loyalties withering away. Yet one vital thing was missing, which appeared as if from nowhere on the morning of 24 June 2016: self-consciousness” (Sobolewska; Ford, 2020, p. 11).

¹⁶ “O artigo 50º do Tratado da União Europeia define o procedimento que permite a um Estado-Membro retirar-se da União Europeia, se o desejar. Foi introduzido pela primeira vez pelo Tratado de Lisboa em 2007” (Comissão Europeia, 2017).

Pode-se dizer que a ex-premiê enfrentou grandes dificuldades e forte oposição ao assumir as negociações iniciais do Brexit. As consequências da saída do bloco foram pouco pensadas pelos *Leavers* e pelos *Remainers* durante suas campanhas. Existiam diversos entraves práticos para se dissociar de um bloco integrado, cujo país fazia parte há 45 anos e esses entraves nunca haviam sido discutidos. Desse modo, May assume em um cenário de contradições internas e de pressões externas, com os países da UE buscando garantir a integridade do mercado único europeu e da cooperação plena (Schnapper, 2018).

Nesse sentido, ela estava dividida entre aqueles que gostariam de realizar uma saída rápida da União e não se preocupavam em garantir salvaguardas econômicas (*hard Brexit*), e os que buscavam manter o Reino Unido integrado no mercado europeu para evitar grandes mudanças econômicas no cenário doméstico e internacional (*soft Brexit*). Inicialmente, como uma participante da campanha *Remainer*, a ex-premiê tinha um posicionamento “*soft*”, porém, para apaziguar os membros de seu partido, ela assumiu um posicionamento mais assertivo e buscou se afastar completamente de negociações que submetessem o país à Corte Europeia de Justiça ou outras formas de cooperação europeias, incluindo o mercado único (Schnapper, 2018).

Esse posicionamento foi alienante, na medida em que os radicalismos adotados para agradar seus companheiros antagonizavam os países europeus e enfraqueciam seu posicionamento nas negociações de Bruxelas (Schnapper, 2018). May não obteve sucesso, mas seu sucessor, Boris Johnson, deu seguimento aos acordos relativos ao Brexit e, tendo maioria no Parlamento, o Reino Unido oficialmente sai da União Europeia em 1 de janeiro de 2021 (Lopes; Vecchio, 2022).

4 AS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS À LUZ DO EUROCRETICISMO

Nesse capítulo, estudaremos os processos de migração do Reino Unido a partir de dois momentos: o pré-Brexit (de 2004 até 2016) e após o referendo (2016-2024). Tendo em vista esses dois momentos, pode-se dizer que o país passou por dois marcos que levaram a alterações em suas políticas migratórias: a assinatura do referendo e a saída efetiva do país da União Europeia.

4.1 ANTES

Antes do Brexit, o Reino Unido teve parte das suas políticas migratórias embasadas na Convenção e no Regulamento de Dublin. A Convenção de 1990 estabelece que migrantes pedindo asilo deveriam ser atendidos pelo país de entrada, isto é, o migrante que chegou em território europeu através da Itália, por exemplo, deveria ter seu pedido processado pelo país. Os dados dos refugiados passaram a ser compilados em uma base de dados comum, a Datiscope Europeia (Eurodac), que permitia, por meio do uso de digitais e dados de registro, a deportação de requerentes para o país de registro inicial (Refugee History, 2024).

Essa política perdurou até 2013, quando o fluxo de migrantes e requerentes de asilo à União Europeia cresceram consideravelmente, tornando necessário uma reformulação onde todos os Estados-Membros passaram a dividir as responsabilidades pelos requerentes. A partir do Regulamento de Dublin III, a repartição de requerentes deixou de ser feita por local de chegada e passou a ser feita com auxílio da formulação de quotas, visando uma divisão justa de migrantes por país. Essa repartição é calculada com base no PIB e na população do Estado Membro (Parlamento Europeu, 2018).

As políticas de repartição de migrantes da União Europeia, a partir da Convenção de Dublin, as políticas liberais de Tony Blair em relação ao alargamento do bloco e a livre circulação dos cidadãos dos novos Estados-Membros da União levaram à concretização de alguns impactos negativos, em termos da questão migratória. Isso ocorreu porque a Convenção (ainda antes de 2013) só regulamentava os pedidos de asilo, e o Reino Unido não gozava de restrições domésticas, como impostas por outros Estados-Membros, levando muitos imigrantes a se deslocarem para o país dada suas políticas liberais (Costa, 2020).

Dessa forma, em 2008, o Reino Unido introduziu o sistema de imigração por pontos (Points-Based System) para tentar conter a migração fora da UE, com o objetivo de selecionar e restringir a entrada de imigrantes no país (Somerville; Walsh, 2021). O sistema dividia os migrantes em prioridades, onde imigrantes altamente qualificados em suas profissões eram os primeiros da lista. Em seguida, os imigrantes pouco qualificados, estudantes e vistos temporários. No entanto, os números relacionados a imigração continuavam a crescer, mesmo tendo em vista a crise econômica de 2008, como mencionado anteriormente, e o novo sistema de regulamentação interno da nação.

Segundo o Office For National Statistics (2019), cerca de 1 em 5 migrantes da União Europeia se mudaram para o Reino Unido. Durante os anos que antecederam o referendo de 2016, o saldo migratório do país atingiu o número recorde de 333 mil, incluindo um saldo de mais de 200 mil migrantes de dentro da União Europeia (Portes, 2021).

Esse movimento angariou a atenção da população britânica, que passou a sofrer com o crescimento da presença estrangeira em território nacional. Conforme Costa (2020), a preocupação pública sobre a questão migratória saltou de 3% em 1997 para 30% em 2003, atingindo um índice com o alargamento da União Europeia em 2004. Antes dos anos 2000 e do aprofundamento da cooperação entre os países do bloco, a questão migratória se figurava entre os assuntos menos importantes dentro do país (Blinder; Allen, 2016; Costa, 2020).

Antes do Referendo, ainda em 2016, o Reino Unido introduziu um novo *Immigration Act*, cujo principal objetivo era restringir o acesso de imigrantes ilegais à moradia, à saúde, a emprego e até a contas bancárias dentro do país. Dessa forma, é possível observar que o Parlamento já estava tomando medidas com viés eurocéticos e nacionalistas, tendo em vista que essa nova lei criava uma brecha para que os britânicos se negassem a consultar os status de imigração e, assim, negar qualquer serviço considerado básico aos imigrantes (Shankley, 2018).

Em suma, pode-se dizer que o aumento do saldo migratório durante o alargamento da União Europeia, assim como o crescimento de pedidos de asilo nos anos de 2010 (conforme a eclosão de conflitos no Oriente Médio) resultaram no crescimento exponencial do sentimento eurocético (Costa, 2020). Argumentaremos, desse modo, que as políticas migratórias do Reino Unido foram afetadas pelo

crescimento do sentimento euroceticista com base nas definições de Vasilopoulou (2009).

4.2 DEPOIS

Como demonstrado anteriormente, existem dois marcos consideráveis se tratando das políticas migratórias do Reino Unido nos anos 2000: a realização do Referendo de 2016 e a efetiva saída do país do bloco em 2021. Defendemos que esses são os dois marcos principais, porque foi a partir do referendo que se tornou necessária a formalização de novas políticas migratórias para nação, já que agora eles não permaneceriam sob legislação da União Europeia.

O segundo marco é a concretização da saída do país do bloco, porque a partir desse momento o Reino Unido deixa de ter uma política de asilo baseada no Regulamento de Dublin III e deixa de fazer parte das práticas de livre circulação de pessoas que é vigente entre os membros da UE. Desse modo, é preciso que se construam novas legislações, processos e práticas dentro de uma nação que foi por muitos anos marcada por uma grande liberalização em questões migratórias.

Sendo uma das principais preocupações dos britânicos durante décadas, a imigração foi abordada no pós-Brexit com novas leis, mas elas não foram o motivo da queda da migração nos três anos após a assinatura do referendo. Porter (2021) argumenta que os números de imigrantes caíam conforme o desemprego no Reino Unido crescesse, e isso ocorreria em oposição a queda nos números de desemprego de países de dentro da UE, um movimento que já antecedia o referendo e a saída efetiva do país do bloco em 2021.

Em 2021, o Parlamento aprova uma nova regulamentação para imigração e pedidos de asilo, o *Immigration, Nationality and Asylum Regulations*. Nessa nova lei, o fim da livre circulação de pessoas é decretado para os membros da União Europeia e os impõe um novo sistema de pontos, assim como o que já estava em vigor para os migrantes oriundos de países fora da Europa. Essa medida é considerada restritiva, já que adiciona uma renda mínima para que o visto seja concedido, uma maneira de selecionar rigorosamente quem poderia entrar no país (University of Birmingham, 2024).

No mesmo ano, uma nova lei referente à migração foi aprovada, a *Nationality and Borders Bill*, que permitia que aplicantes a pedidos de asilo pudessem ser detidos

em outros países enquanto não fossem aceitos no Reino Unido, além de impor maiores penalidades para imigrantes ilegais (Somerville; Walsh, 2021). Essa medida do Parlamento de maioria conservadora de Boris Johnson está de acordo com as visões eurocéticas, agradando os mais radicais, dado que tinha o objetivo de limitar o acesso ao Reino Unido. Entretanto, essa lei não foi bem recebida no âmbito internacional, a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), por exemplo, manifestou-se contra, afirmando que tal legislação não ia de encontro com os esforços globais no acolhimento de refugiados, sem diminuir, de fato, o número de imigrantes que adentram o país, apenas dificultando o seu acesso a direitos básicos (ACNUR, 2022).

Em um desenvolvimento mais recente e polêmico na tentativa de frear a imigração ao Reino Unido, o Parlamento aprovou a *Safety or Rwanda Bill* em abril de 2024. A lei permite que imigrantes ilegais que adentrem o país sejam deportados para Ruanda. Mesmo com contestações da Organização das Nações Unidas (ONU) e infringindo o Estatuto dos Refugiados, assinado pelo RU, o premiê Rishi Sunak apoiou a aprovação, confirmando mais uma medida parlamentar eurocética, sustentada pelas promessas feitas pelos conservadores durante o Brexit, ou seja, minar o fluxo de imigrantes no país (Belchior, 2024).

Desse modo, podemos analisar que as medidas políticas recentes, no que diz respeito à imigração, podem ser observadas à luz de Vasilopoulou (2009). Considerando as três dimensões de cooperação europeia: o princípio (o cerne da vontade de cooperação); a prática (a institucionalização), e o futuro (aprofundamento da integração), vimos que uma das principais motivações para o Brexit foi, justamente, a prática da integração. Isto é, as legislações que regem a União Europeia, seus tratados de livre circulação de pessoas e o sistema de alocação de refugiados necessitavam de mudanças, precisavam de uma jurisdição britânica, e não supranacional, de acordo com os eurocéticos.

Assim como Vasilopoulou (2009) afirma, podemos considerar que as novas legislações britânicas foram influenciadas pelo euroceticismo rejeitador, já que

Eles rejeitam o princípio da cooperação europeia, a prática e os arranjos institucionais e legislativos no nível da União Europeia e eles não enxergam nenhum benefício em uma cooperação futura. Consequentemente, esses partidos acreditam que todas as políticas devem ser de responsabilidade doméstica. Eles advocam pela saída da União Europeia usando uma forte retórica anti supranacional e de autodeterminação. Eles são contra a

transferência de poder e tomada de decisões para a União Europeia e buscam restaurar a soberania das instituições do estado nação (Vasilopoulou, 2009, p.7, tradução nossa)¹⁷.

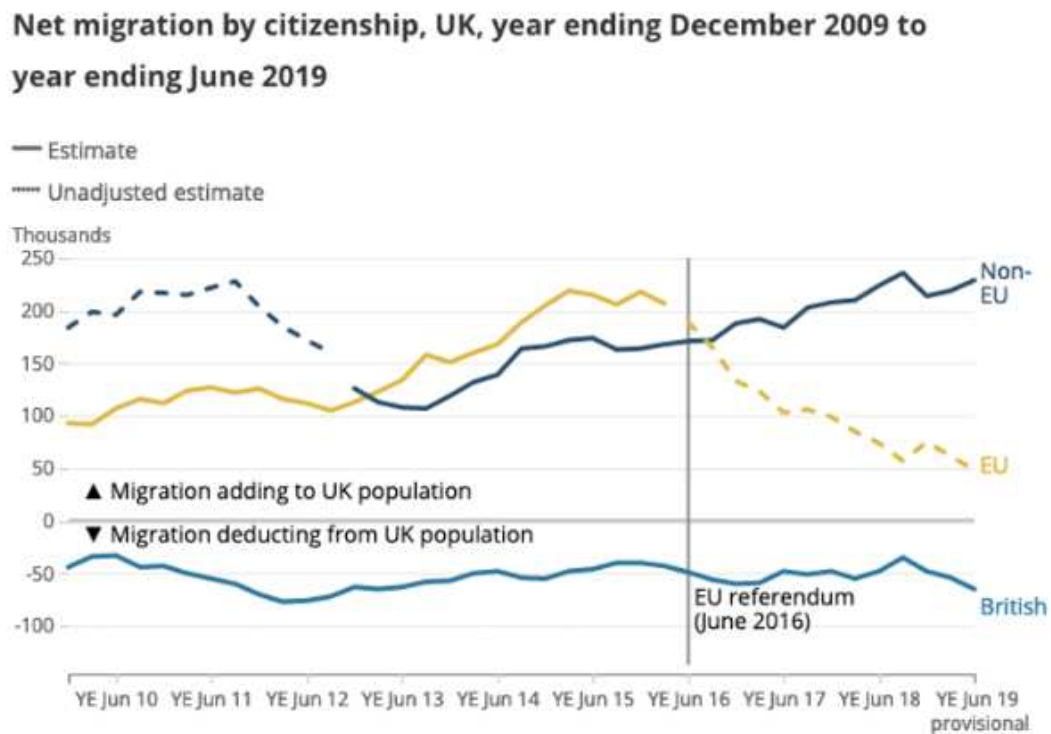
Dessa forma, os eurocéticos rejeitadores consideram que a culpa pelos altos números de imigrantes no país reside na figura da União Europeia e que uma autonomia dessa organização supranacional deixaria o Reino Unido responsável sobre suas políticas externas, resultando, teoricamente, na redução de estrangeiros no país. No entanto, não foi isso que aconteceu após o Brexit.

Segundo Lomax (2019), o Reino Unido teve um saldo migratório de 311 mil imigrantes em junho de 2016 e esse número caiu para 212 mil migrantes por volta de junho de 2019. Essa queda está relacionada à estabilização dos números de emigração e imigração e à diminuição de migrações de membros dos países que compõem a União Europeia, como podemos ver no Gráfico 5, o saldo migratório de imigrantes oriundos da UE caiu de 200 mil, em 2016, para 50 mil, em 2019.

Entretanto, o número de migrantes de fora da UE aumentou consideravelmente, por conta das ofertas de emprego e falta de mão de obra britânica em especial, na área da saúde (Portes, 2021).

¹⁷ They reject the principle of European cooperation, the practice of institutional and policy arrangements at EU level, and they do not foresee any value from future cooperation. Consequently, these parties support that all policies should be dealt with domestically. They advocate withdrawal from the EU employing a strong anti-supranationalism and national self-determination rhetoric. They are against the transfer of power and decision-making authority to the EU and aim to restore the sovereignty of the nation state's institutions (Vasilopoulou, 2009, p.7).

Gráfico 5 – Saldo migratório do Reino Unido de imigrantes de dentro da União Europeia e de fora (2009-2019).



Fonte: Office for National Statistics (2019).

Desse modo, percebe-se que a saída do país do Bloco Europeu não resultou na resolução das problemáticas migratórias. A redução do número de migrantes de dentro da União Europeia não significou uma redução no número de migrantes de maneira geral. Além disso, as medidas tomadas com base no pensamento eurocético não foram suficientes para a construção de políticas migratórias consolidadas, como elencado ao longo do texto.

5 CONCLUSÃO

Após a efetiva saída do Reino Unido da União Europeia, a progressão econômica, social e cultural esperada pela população não ocorreu. Hoje, as taxas de imigração continuam altas, como visto anteriormente, e a economia sofreu um declínio considerável desde 2021. Isso não significa dizer que o pensamento eurocético desapareceu, mas sim que os resultados do ápice de sua versão mais extrema, o euroceticismo rejeitador, não corresponderam às expectativas populares, já que o país ainda enfrenta um momento de instabilidades econômica e migratória.

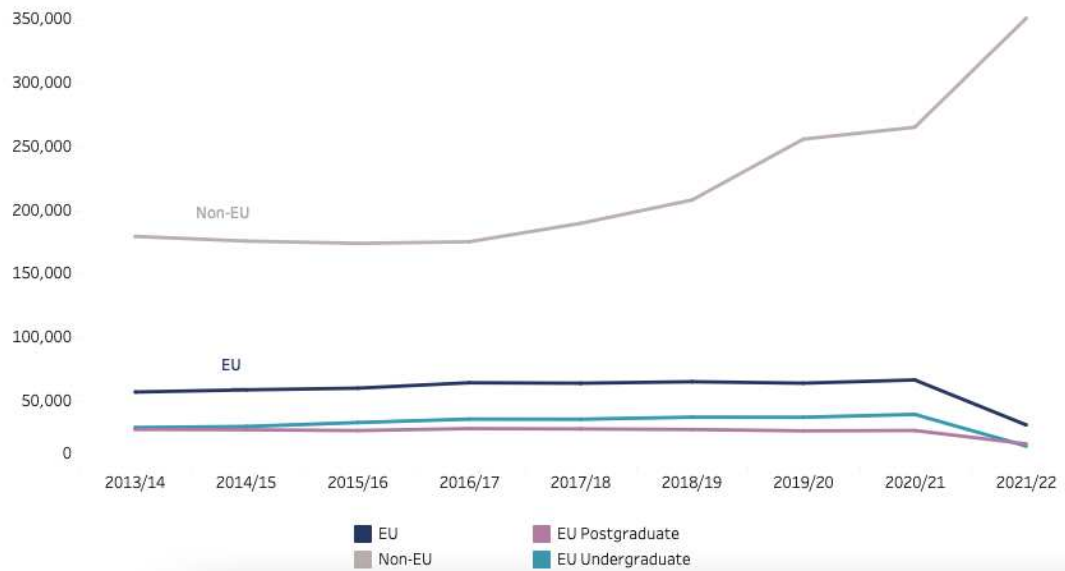
O crescimento do euroceticismo foi uma resposta da população à falta de políticas migratórias bem estruturadas e, conseqüentemente, ao sentimento de redução da identidade e da soberania britânica frente aos processos de integração europeus. No entanto, as medidas que sucederam ao Brexit, à luz de um pensamento eurocético, não foram bem-sucedidas.

Isso se dá, pois, as políticas migratórias criadas entre 2021-2024 não tiveram sucesso em reduzir os níveis de imigração, sobretudo, ilegais. Além disso, a saída do Reino Unido da UE coincidiu com a pandemia de Covid-19, o que não contribuiu para o tão esperado crescimento econômico que era aguardado pelos eurocéticos, os quais viam a União Europeia como um bloco que restringia a economia britânica.

Na realidade, os indicadores econômicos da Grã-Bretanha não são positivos. Segundo o Banco Goldman Sachs, a economia do país cresceu cerca de 5% menos do que o visto nos oito anos anteriores, comparando com outros Estados (Gilchrist, 2024).

Um dos fatores atribuídos pelo banco é, curiosamente, a queda de imigrantes provenientes da União Europeia, os quais eram mais voltados ao trabalho, e o aumento de imigrantes sem impacto econômico de fora da UE: estudantes, como pode ser observado no Gráfico 6 (Gilchrist, 2024). O número de novos estudantes oriundos de países de fora da UE em universidades do Reino Unido obteve um pico de mais de 350 mil no início do ano letivo de 2021-2022. Enquanto isso, os dados observados sobre a presença de estudantes de dentro da UE nas universidades britânicas caiu para menos da metade, cerca de 31 mil durante o mesmo ano (Cuibus, 2023; Higher Education Student Statistics, 2022).

Gráfico 6 – Número de estudantes recém matriculados em universidades britânicas, segundo a sua nacionalidade (2013-2022).



Fonte: Higher Education Student Statistics (2022).

Pode-se observar que, conforme exemplificado anteriormente, que as novas medidas legislativas em relação à migração dificultaram a imigração de trabalhadores, através do programa de pontos e geraram a diminuição da receita para o país. Isso porque, invés de um número considerável de trabalhadores da União Europeia, o Reino Unido está recebendo estudantes estrangeiros. Para além disso, a situação econômica após o Referendo de 2016, a pandemia do COVID-19 e a crise energética, causada pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia, também influenciaram as dinâmicas migratórias e levaram ao crescimento da insatisfação popular com o governo conservador.

Dessa forma, é possível concluir que o euroceticismo, sobretudo o rejeitador de Vasilopoulou (2009), influenciou as novas políticas migratórias após a oficialização do Brexit. Como visto ao longo deste trabalho, a explosão do euroceticismo decorreu de inúmeras insatisfações populares, em especial, de pessoas conservadoras mais velhas, brancas e com pouco estudo, as quais foram refletidas na política britânica.

Com o intuito de angariar apoio dessa parcela da população, o Partido Conservador e o Partido da Independência do Reino Unido, o UKIP, voltaram-se a discursos considerados eurocéticos rejeitadores, em que a União Europeia era a fonte de todas as dificuldades que assolavam o país, com o foco nos imigrantes, que

estavam ocupando empregos que deveriam ser de britânicos, como os eurocéticos acreditavam.

Logo, após o resultado do Referendo de 2016, a direita e a extrema-direita presentes no Parlamento traçaram novas leis pertinentes à imigração, dificultando o processo tanto para os europeus, quanto para migrantes de fora do bloco. Os refugiados e os imigrantes ilegais sofreram as maiores restrições com as novas políticas britânicas, considerando que tinham o objetivo de selecionar e segregar quem poderia entrar no país, o que gerou até repúdio internacional.

Assim, as diversas tentativas legislativas de cerne eurocéticos, que buscavam frear o número de imigrantes no Reino Unido, não obtiveram sucessos práticos e tampouco solucionou a insatisfação populacional com os saldos migratórios. Na realidade, o resultado da influência do euroceticismo nas políticas migratórias britânicas foram leis inefetivas, fracas e até abusivas, ao propor a redução de acesso de refugiados a direitos considerados humanos.

Destarte, uma desconfiança com o Partido Conservador foi se instaurando no cenário político britânico, já que as promessas de crescimento econômico e de redução do número de imigrantes não foram cumpridas nos mais de 8 anos desde o Referendo. O aumento da inflação e do custo de vida, o pouco controle nas fronteiras do país e a sobrecarga no Sistema Nacional de Saúde são pontos que geraram insatisfações da população e, desse modo, levam a uma mudança de votantes para o Partido Trabalhista (G1, 2024).

Portanto, as eleições de 04 de julho de 2024 são centrais para o futuro das políticas migratórias no Reino Unido, já que podem representar uma redução da influência eurocética no país. Com a perspectiva de um novo Primeiro-Ministro do Partido Trabalhista pela primeira vez em 14 anos, e uma maioria considerável de assentos no Parlamento, os britânicos acreditam que uma mudança socioeconômica está a caminho (G1, 2024).

Essas mudanças se estendem para questões migratórias, já que Keir Stammer, líder dos Trabalhistas e possível novo premiê, promete novas mudanças na abordagem de refugiados. Em maio de 2024, ele havia prometido que a polêmica medida para enviar imigrantes ilegais para Ruanda seria rejeitada imediatamente, ao considerá-la inefetiva (Francis; Seddon, 2024). Ademais, essa mudança partidária também confere espaço para formulação de novas legislações no que tange questões migratórias, tendo em vista as lacunas e as fraquezas do processo após a saída do

bloco e a perda do respaldo do regulamento de Dublin. Desse modo, é esperado que o primeiro governo progressista em anos redefina o funcionamento migratório do Reino Unido.

REFERÊNCIAS

ACNUR. UNHCR **Analysis of the Legality and Appropriateness of the Transfer of Asylum-Seekers under the UK-Rwanda arrangement**. 2022. Disponível em: <https://www.unhcr.org/uk/media/unhcr-analysis-legality-and-appropriateness-transfer-asylum-seekers-under-uk-rwanda>. Acesso em: 05 jun. 2024.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz; MATTHIAS, Ana Luiza Terra Costa. Identidades e diferenças: o caso da guerra civil na antiga Iugoslávia. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 4, p. 438-454, 2012.

BBC NEWS. Migrant crisis: Migration to Europe explained in seven charts. **BBC**, Londres, 04 mar. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-34131911>. Acesso em: 05 jun. 2024.

BELCHIOR, Luisa. Por que Reino Unido vai mandar imigrantes ilegais à força para a Ruanda. **G1**, São Paulo, 24 abr. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/04/24/reino-unido-vai-deportar-imigrantes-ilegais-estrangeiros-e-manda-los-a-forca-para-ruanda-entenda.ghtml>. Acesso em: 06 jun. 2024.

BERTONCINI, Yves; KOENIG, Nicole. Euroscepticism or Europhobia: Voice Vs. Exit? **Notre Europe – Jacques Delors Institute**, 27 nov. 2014. Disponível em: <http://institutdelors.eu/wp-content/uploads/2018/01/euroscepticismoreurophobia-bertoncini-koenig-ne-jdi-nov14.pdf>. Acesso em: 29 maio 2024.

BLINDER, Scott; ALLEN, William L. UK Public Opinion toward Immigration: Overall Attitudes and Level of Concern. **The Migration Observatory**. Oxford, 28 nov. 2016. Disponível em: https://migrationobservatory.ox.ac.uk/wp-content/uploads/2016/04/Briefing-Public_Opinion_Immigration_Attitudes_Concern.pdf. Acesso em: 03 jun. 2024.

BUCHAN, Lizzy. What does Tory mean and where does this term come from? **The Independent**. Londres, 12 nov. 2018. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/uk/politics/tory-definition-what-is-conservative-party-values-whig-history-uk-britain-a8622246.html>. Acesso em: 11 jul. 2024.

CASTILHO, Filipe Philipps de. **Populismo e Brexit: Uma análise do espectro populista no rompimento entre Reino Unido e União Europeia**. 2024. 119 p. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2024. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/88186/R%20-%20D%20-%20FILIPE%20PHILIPPS%20DE%20CASTILHO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 maio 2024.

COMISSÃO EUROPEIA. **Artigo 50° do Tratado da União Europeia - Perguntas e respostas**. Comissão Europeia. 2017. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/MEMO_17_648. Acesso em: 31 maio 2024.

COSTA, Margarida Poeta Roque. **O Euroceticismo Britânico e o Sentimento Anti-imigração no Caminho para o Brexit**. 2020. 137 p. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Beira Interior, Covilhã, 2020. Disponível em: https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/11028/1/7826_16601.pdf. Acesso em: 23 maio 2024.

CROWSON, N. **The Conservative Party and Europe integration since 1945: at the heart of Europe?** Londres: Routledge, 2007.

CUIBUS, Mihnea V. EU Migration to and from the UK. **The Migration Observatory**. Oxford, 20 nov. 2023. Disponível em: <https://migrationobservatory.ox.ac.uk/resources/briefings/eu-migration-to-and-from-the-uk/> . Acesso em: 30 maio 2024.

CUMBERS, Andrew; BIRCH, Kean; MACKINNON, Danny. Revisiting the old industrial region: Adaptation and adjustment in an integrating Europe. **Centre for Public Policy for Regions**, maio 2006.

DE VRIES, Catherine E. **Euroscepticism and the Future of European Integration**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

DHÉRET, Claire; LAZAROWICZ, Alex; NICOLI, Francesco; PASCOUUAU, Yves; ZULEEG, Fabian. Making progress towards the completion of the Single European Labour Market. **European Policy Center**. N. 75, maio 2013.

EL AGRAA, Ali. **The European Union: economics and politics**. 8.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

EUROSTAT. **Labour force survey overview 2013**. Eurostat Statistics. 2014. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Archive:Labour_force_survey_overview_2013#:~:text=The%20EU%20employment%20rate%20for,1.3%20pps%20compared%20with%202012. Acesso em: 04 jun. 2024.

EVANS, Geoffrey; MENON, Anand. **Brexit and British Politics**. Cambridge: Polity Press, 2017.

FLOOD, Christopher; USHERWOOD, Simon. Ideological Factors in Party Alignments on the EU: A Comparison of Three Cases. **EUSA Tenth Biennial International Conference**. Maio, 2007.

FORD, Robert; GOODWIN, Matthew. Britain after Brexit: A Nation Divided. **Journal of Democracy**. V. 28, n. 1., p. 17-30, jan. 2017.

FORSTER, Anthony. **Euroscepticism in Contemporary British Politics: Opposition to Europe in the British conservative and Labour Parties since 1945**. 2002.

FRANCIS, Sam; SEDDON, Paul. Keir Starmer vows to scrap Rwanda asylum scheme 'straight away'. **BBC**, Londres, 10 maio 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-politics-68984778>. Acesso em: 04 jul. 2024.

G1. Eleições no Reino Unido: boca de urna dá vitória esmagadora a trabalhistas, que podem voltar ao poder após 14 anos. **G1**, São Paulo, 04 jul. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/07/04/eleicoes-no-reino-unido-trabalhistas-lideram-apuracao-apontam-pesquisas-de-boca-de-urna.ghtml>. Acesso em: 04 jul. 2024.

GABEL, Matthew J. **European Community**. Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/European-Community-European-economic-association>. Acesso em: 30 maio 2024.

GEORGE, Stephen. **An Awkward Partner**. 3rd. ed. Oxford: Oxford University Press, 1998.

GILCHRIST, Karen. Brexit Britain has 'significantly underperformed' other advanced economies, Goldman Sachs says. **CNBC**, Londres, 14 fev. 2024. Disponível em: <https://www.cnbc.com/2024/02/14/brexit-has-sliced-5percent-off-uk-economic-growth-goldman-sachs-says.html>. Acesso em: 30 maio 2024.

HM GOVERNMENT. **Review of the Balance of Competences between the United Kingdom and the European Union**. EU Enlargement. Dez, 2014. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/388422/BoC_EUEnlargement_acc.pdf. Acesso em:

HIGHER EDUCATION STATISTICS AGENCY. **Where do HE students come from?** HESA. 2023. Disponível em: <https://www.hesa.ac.uk/data-and-analysis/students/where-from>. Acesso em: 09 jun. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Petróleo: da crise aos carros flex. **Desafios do desenvolvimento**. Brasília. Ed. 59, 29 mar. 2010. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2321:catid=28. Acesso em: 10 jun. 2024.

JUNIOR, Amandino Teixeira Nunes. A União Europeia e suas instituições. **Revista de Informação Legislativa**. N. 192, out./dez. 2011. Disponível em em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/242926/000936206.pdf?sequen>c. Acesso em: 30 maio 2024.

KOPECKY, Petr.; MUDDE, Cas. Two Sides of Euroscepticism: Party Positions on European Integration in East Central Europe. **European Union Politics**. V. 3, n. 3, p. 297-326, 2002.

KRISTENSEN, Michelle. **Understanding the Choice of Brexit: A case of Disintegration**. Master Thesis, Development & International Relations, Aalborg University, 2019.

LECONTE, Cécile. **Understanding Euroscepticism**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010.

LERUTH, Benjamin; STARTIN, Nicholas; USHERWOOD, Simon. **Defining Euroscepticism**: from a broad concept to a field of study. In: LERUTH, Benjamin; STARTIN, Nicholas; USHERWOOD, Simon (eds). *The Routledge Handbook of Euroscepticism*. Londres: Routledge. Pp. 33-44, 2018.

LOMAX, Nik. What's happened to UK migration since the EU referendum – in four graphs. **Consumer Data Research Center**. 2019. Disponível em: <https://www.cdrc.ac.uk/research/population-housing-and-infrastructure/whats-happened-to-uk-migration-since-the-eu-referendum-in-four-graphs/>. Acesso em: 30 maio 2024.

LOPES, Rita de Cassia Carvalho; VECCHIO, Victor. A. Del. BREXIT: the effects for the unity of the United Kingdom. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 8, p. e27211831021, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i8.31021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/31021>. Acesso em: 01 jun. 2024.

MARGARET THATCHER FOUNDATION. **Speech to the College of Europe ("The Bruges Speech")**. 20 set. 1988. Disponível em: <https://www.margarethatcher.org/document/107332>. Acesso em: 30 maio 2024.

MOLDER, H. British **Approach to the European Union**: From Tony Blair to David Cameron. In: Ramiro Troitiño, D., Kerikmäe, T., Chochia, A. (eds) *Brexit*. Springer, Cham, 2018.

OFFICE FOR NATIONAL STATISTICS. Migration Statistics Quarterly Report: November 2019. **Office For National Statistics**. 2019. Disponível em: <https://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/populationandmigration/internationalmigration/bulletins/migrationstatisticsquarterlyreport/november2019>. Acesso em: 03 jun. 2024.

OLIVEIRA, J.; SANTANA, G; CORONATO, D. Os movimentos eurocéticos e os desafios para uma Europa Unida. **Leopoldianum**, ano 45, n. 125, p. 69-84, 2019.

PALMER, J. **Euroscepticism**: More than a British phenomenon. Euractiv, 2015.

PARLAMENTO EUROPEU. Regras do sistema de asilo da UE: a posição do Parlamento sobre a reforma da regulação de Dublin. **Parlamento Europeu**. Temas. 2018. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/topics/pt/article/20180615STO05927/regras-do-asilo-da-ue-posicao-do-parlamento-sobre-a-reforma-da-regulacao-dublin>. Acesso em: 03 jun. 2024.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A União Europeia**: os desafios, a crise e o futuro da integração. 1.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

PEREIRA, Roberta Dohani; MARGAZÃO, Dimas Veiga. A criação da Otan e sua permanência do período pós-Guerra Fria. **Fronteira: revista de iniciação científica em Relações Internacionais**, v. 3, n. 5, p. 83-104, 11.

PEW RESEARCH CENTER. Number of Refugees to Europe Surges to Record 1.3 Million in 2015. **Pew Research Center**, Washington, 02 ago. 2016. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/global-migration-and-demography/2016/08/02/number-of-refugees-to-europe-surges-to-record-1-3-million-in-2015/>. Acesso em: 30 maio 2024.

PORTES, Jonathan. Immigration and the UK economy after Brexit. **UK in a Changing Europe**, maio 2021. Disponível em: <https://ukandeu.ac.uk/wp-content/uploads/2021/06/Immigration-and-the-UK-economy.pdf>. Acesso em: 30 maio 2024.

REFUGEE HISTORY. **Refugee History**. 2024. Disponível em: <https://refugeehistory.org/timeline-immigration>. Acesso em: 30 maio 2024.

REPOSITORI UNIVERSITAT JAUME I. **Firma del Tratado de la Unión Europea (Maastricht) 1992**. Repositori Universitat Jaume I. 2024. Disponível em: <https://repositori.uji.es/xmlui/handle/10234/155566>. Acesso em: 30 maio 2024.

RODRIGUEZ-AGUILERA, C. **Euroscepticism, Europhobia and Eurocriticism: The Radical Parties of the Right and the Left Vis-À-Vis the European Union**. Brussels, Belgium. 2013.

ROGERS, Alexandra. Nigel Farage: From UKIP maverick to self-proclaimed 'people's army' leader. **Sky News**, Westminster, 12 jun. 2024. Disponível em: <https://news.sky.com/story/from-ukip-maverick-to-self-proclaimed-peoples-army-leader-everything-you-need-to-know-as-nigel-farage-announces-general-election-bid-13147268>. Acesso em: 02 jul. 2024.

SANTOS, Luísa Nascimento. **AS FACÇÕES DO PARTIDO CONSERVADOR BRITÂNICO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O BREXIT**. 2020. 52 p. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/13661/2/Luisa_Nascimento_Santos.pdf. Acesso em: 28 maio 2024.

SCHNAPPER, Pauline. Brexit, or Theresa May's Headache. **Observatoire de la société britannique**. N. 21, nov. 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/osb/2048>. Acesso em: 30 maio 2024.

SCOFIELD, Ana Clara Balda. **As especificidades da relação entre o Reino Unido e a União Europeia: desde a adesão ao bloco às suas futuras relações após o Brexit**. FGV, Rio de Janeiro, 2018.

SHANKLEY, William. Is the Immigration Act 2016 a racist policy against BME citizens in the housing market? **Policy Manchester**. Manchester, 22 out. 2018. Disponível em: <https://blog.policy.manchester.ac.uk/posts/2018/10/is-the-immigration-act-2016->

a-racist-policy-against-bme-citizens-in-the-housing-market/. Acesso em: 05 jun. 2024.

SILVA, Catarina Isabel Pereira e. **O Euroceticismo nos Grupos Políticos do Parlamento Europeu pós-2008**. 2020. 206 p. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política e Relações Internacionais, Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho, Braga, 2020. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/73773/1/Catarina%20Isabel%20Pereira%20e%20Silva.pdf>. Acesso em: 23 maio 2024.

SOARES, António Goucha. Brexit: O referendo de 2016. **Relações Internacionais**. P 63-75, mar. 2019. Acesso em: https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri61/RI61_art06_AGS.pdf. Acesso em: 30 maio 2024.

SOBOLEWSKA, Maria; FORD, Robert. **Brexitland**. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

SOMERVILLE, Will; WALSH, Peter William. United Kingdom's Decades-Long Immigration Shift Interrupted by Brexit and the Pandemic. **Migration Policy Institute**, Washington, 19 ago. 2021. Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/article/united-kingdom-shift-immigration-interrupted-brexit-pandemic>. Acesso em: 30 maio 2024.

TAGGART, Paul; SZCZERBIAK, Aleks. Party Politics of Euroscepticism in EU Member States and Candidate States. **Sussex European Institute**. V. 51, n. 6, p. 1-45, abr. 2002.

TRAVIS, Alan. The leave campaign made three key promises – are they keeping them? **The Guardian**. Londres, 27 jun. 2016. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2016/jun/27/eu-referendum-reality-check-leave-campaign-promises>. Acesso em: 05 jun. 2024.

TRAYNOR, Ian; WATT, Nicholas; GOW, David; WINTOUR, Patrick. David Cameron blocks EU treaty with veto, casting Britain adrift in Europe. **The Guardian**, Bruxelas, 09 dez. 2011. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2011/dec/09/david-cameron-blocks-eu-treaty>. Acesso em: 01 jun. 2024

UNIVERSITY OF BIRMINGHAM. Migration to the UK: an introduction. **Library Services**. 2024. Disponível em: <https://libguides.bham.ac.uk/c.php?g=672295&p=4775845>. Acesso em: 06 jun. 2024

VASILOPOULOU, Sofia. **Theory, concepts and research design in the study of Euroscepticism**. In: LERUTH, Benjamin; STARTIN, Nicholas; USHERWOOD, Simon (eds). *The Routledge Handbook of Euroscepticism*. Londres: Routledge. Pp. 61-81, 2018.

VASILOPOULOU, Sofia. Varieties of Euroscepticism: The case of the European Extreme Right. **Journal of Contemporary European Research**. Vol. 5, n 1, p. 3-23, 2009.

WADSWORTH, Jonathan; DHINGRA, Swati; OTTAVIANO, Gianmarco; REENEN, John Van. Brexit and the Impact of Immigration on the UK. **Centre for Economic Performance**. Maio 2016. Disponível em: <https://cep.lse.ac.uk/pubs/download/brexit05.pdf>. Acesso em: 31 maio 2024.

WHITAKER, Richard. The UK Independence Party and other primarily Eurosceptic parties. In: LERUTH, Benjamin; STARTIN, Nicholas; USHERWOOD, Simon (eds). **The Routledge Handbook of Euroscepticism**. Londres: Routledge. Pp., 2018.

WIKE, Richard; STOKES, Bruce; SIMMONS, Katie. Europeans Fear Wave of Refugees Will Mean More Terrorism, Fewer Jobs. **Pew Research Center**, Washington, 11 jul. 2016. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/global/2016/07/11/europeans-fear-wave-of-refugees-will-mean-more-terrorism-fewer-jobs/>. Acesso em: 05 jun.2024.